



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

SIRLENE NUNES MAGALHÃES

**PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
CASTANHAL SOBRE A PRÁTICA DO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR**

CASTANHAL-PA

2018

SIRLENE NUNES MAGALHÃES

**PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
CASTANHAL SOBRE A PRÁTICA DO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Universidade Federal do Pará – UFPA como
requisito para obtenção do grau de Licenciada
em Pedagogia.

Sob orientação do Prof. Dr. Assunção José
Pureza Amaral

CASTANHAL-PA

2018

**DOS PROFESSORES EM UMA ESCOLA PERCEPÇÕES MUNICIPAL DE
CASTANHAL SOBRE A PRÁTICA DO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentada como requisito necessário para
obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

SIRLENE NUNES MAGALHÃES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em

Orientador Prof. Dr. Assunção José Pureza Amaral

1º Examinador Prof. Espec. Audineia Rodrigues

2º Examinador Prof. Msc. José Rodrigo Pontes dos Santos

A minha mãe Maria Nunes da Silva (em memória) uma mulher simples, mas muito guerreira que criou eu e meus irmãos sozinha, com muita dignidade, nos ensinando sempre a ser pessoas honestas. Como eu queria que a senhora estivesse aqui nesse momento, para festejarmos juntas essa grande vitória.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu Pai Celestial por ter me proporcionado essa grande benção de ter estudado na Universidade Federal do Pará e também por ter me dado força e sabedoria para conseguir concluir essa trajetória acadêmica de quatro anos e meio.

Quero agradecer especialmente a minha mãe Maria Nunes da Silva (em memória) por ter me criado com muito amor e carinho, pelos sacrifícios que fez pela nossa família trabalhando as vezes doente para não deixar faltar nosso alimento, pelos os incentivos, por ter me repreendido quando estava errada, pelos ensinamentos que ajudou a ser a mulher que sou hoje.

Sou muito grata a meu irmão Altemir Nunes da Silva que considero como um pai, pois ajudou a minha mãe a nos criar vendendo picolé na rua, por estar sempre ao meu lado nos momentos difíceis da minha vida, principalmente quando a nossa mãe faleceu, nunca me abandonou.

Agradeço a meu amado esposo Marcos Plínio por ter me apoiado durante esses quatro e meio, sempre compreensivo, me ajudando nos afazeres de casa, sem ele não teria conseguido conquistar meus objetivos.

Aos meus queridos filhos David Allan e Julye Luane que mesmo sendo crianças entenderam a minha ausência quando estava estudando ou fazendo trabalhos da faculdade, sem o apoio de vocês não conseguiria, amo muito vocês.

Agradeço a meu orientador Assunção José pureza Amaral que aceitou me orientar, pela paciência que teve comigo nos momentos de desespero e angústia durante a produção do TCC.

Quero agradecer aos meus irmãos Atenilda e Erondino que sempre me incentivaram a estudar.

A minha querida Amiga Niedi Cordovil, pela amizade que foi construída durante esses quatro anos e meio que estudamos juntas, obrigada por estar ao meu lado me apoiando nos momentos de dificuldade, vou levar essa amizade para sempre.

Aos meus amigos de curso na qual tenho muito carinho Maria Liliam, Rosilândia, Edson, Estefany, Maiara, Genice, Marilene, Tatiana, Kamilla, Renara, Eni, Jessica, Thaís.

A minha sogra Francisca que ajudou a cuidar dos meus filhos quando não tinha com quem deixá-los.

A minha cunhada Elenice que várias vezes ficou com meus filhos quando eu precisava ir na universidade.

A turma pedagogia 2014, por todos os momentos de aprendizagem que vivenciamos juntos.

A todos os professores que contribuíram de forma significativa para minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho analisa a percepção dos professores sobre a prática do racismo e tem como objetivo de investigar se os professores dos anos iniciais conseguem identificar e combater o racismo no ambiente escolar. Para fazer o estudo foi utilizada a abordagem qualitativa e para fazer a coleta de dados foi usada a pesquisa de campo na qual foi utilizada a entrevista semiestruturada para entrevistar as cinco professoras dos anos iniciais da Escola Municipal Monsenhor José Maria do Lago. Foi utilizado os seguintes suporte teóricos: Munanga e Gomes (2016), Amaral (2004), Cavalleiro (2005), Chiavenatto (2012) entre outros. O trabalho se dividiu em quatro seções em que: a primeira retrata o contexto histórico do racismo na África, no Brasil; a segunda foca no racismo presente em ambientes escolares, a terceira parte refere-se a metodologia e a quarta a análise do papel dos professores na desconstrução do racismo. A pesquisa revelou que quatro professoras conseguem identificar o racismo no ambiente escolar, além disso também se constatou que a maioria das professoras tem dificuldade de combater o racismo, pois utilizam ações educativas de uma forma muito tímida, sem valorizar a história e cultura afro-brasileira, apenas duas professoras utilizam a lei 10.639 em suas aulas como estratégias educativas para combater o racismo no ambiente escolar.

Palavras-chave: Racismo, Ambiente escolar, Professores, Percepção

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Escola Monsenhor José Maria do Lago

Imagem 02: Quebra cabeça com a imagem da aluna negra vencedora do concurso beleza negra mirim

Imagem 03: Quebra cabeça

Imagem 04: Livro “Maju não vai à festa”

Imagem 05: Painel do alfabeto

Imagem 06: Boneca negra

Imagem 07: Bonecos negros

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Caracterização das professoras quanto a instituição pela qual se formou, tempo de trabalho e cor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Árduo processo de consciência e compromisso com a identidade negra.....	10
1. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO RACISMO NO BRASIL	15
1.1 A COLONIZAÇÃO DO BRASIL.....	15
1.2 A ÁFRICA, SOCIEDADE AFRICANAS ANTES DA ESCRAVIDÃO PELOS EUROPEUS.....	19
1.3 ESCRAVIDÃO DO NEGRO AFRICANO.....	23
2. RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR	27
2.1 DEFINIÇÃO DE RACISMO	29
2.2 PERCEPÇÃO DOCENTE NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	31
2.3 LEI 10.639/2003 NO COTIDIANO ESCOLAR.....	36
3. METODOLOGIA	40
3.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O LÓCUS DA PESQUISA.....	42
4. ANÁLISE DO PAPEL DO PROFESSOR NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO	44
.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES	66

INTRODUÇÃO – Árduo processo de consciência e compromisso com a identidade negra

Muitos sabem que o estabelecimento de ensino é o lugar na qual ocorrem vivências importantes para o sucesso intelectual das crianças. As aprendizagens também são feitas através das relações entre alunos de diferentes cores, credos e etnias na qual algumas vezes, no decorrer dessas relações podem ocorrer discriminações e preconceitos, principalmente com estudantes negros.

O racismo contra alunos negros, presente dentro do ambiente escolar, acaba afetando a autoestima dos mesmos e posteriormente trazendo prejuízos a vida acadêmica dos mesmos que sofrem discriminação racial. Pesquisas afirmam que essas problemáticas persistem no cotidiano escolar de instituições públicas e particulares de ensino, se tornando um fato social em escolas brasileiras.

Desse modo, entende-se que as instituições escolares são um local onde todos devem ser incluídos e não pode haver nenhum tipo de preconceito. Porém, não é exatamente isso o que acontece, uma vez que os alunos negros são humilhados e excluídos, por causa de suas características raciais. Por isso, fazem infinitos esforços para serem incluídos pela comunidade escolar (CAVALLEIRO, 2010).

No entanto, para que os alunos sejam incluídos realmente, o racismo tem que ser enfrentado com ações educativas, tanto por parte da escola como do professor, no qual devem apresentar em suas práticas pedagógicas, representação positiva da cultura negra. Dessa forma o professor desempenha papel fundamental na garantia de inclusão verdadeira de alunos no espaço escolar.

Nessa perspectiva, os docentes devem estar atentos para que não ocorra racismo dentro do ambiente escolar. No entanto, na maioria das vezes não é isso que realmente acontece, pois, o educador acaba contribuindo com a disseminação do racismo deixando os estudantes usar palavras depreciativas aos seus colegas de classe, sem interferir com ações pedagógicas, deixando de valorizar a cultura e a cidadania negra.

Essas atitudes racistas vêm me inquietando há muito tempo, pois são totalmente “desumanas”, inferiorizam os alunos negros tornando-os vítimas da exclusão escolar. Nesse sentido, escolhi fazer essa pesquisa, indagando-me sobre como os professores dos anos iniciais conseguem identificar e combater o racismo no ambiente escolar?

A escolha do tema dessa pesquisa se deu pelo motivo de eu também ter sofrido racismo na minha infância nos primeiros anos da minha vida estudantil. Lembro-me que desde quando comecei a estudar sempre escutei piadas sobre a cor da minha pele e meus cabelos. Porém o que mais me marcou aconteceu no ano de 1990, quando eu fazia a 3^o série (hoje 4^o ano) do ensino fundamental, nesse período fui alvo de racismo na escola, sendo chamada de “macaca”, cabelo de “Bombril” e “cabelo duro”, escutava essas piadas dos meus colegas de classe quase todos os dias.

Eu sofria muito com essas ofensas, porém não tinha coragem de falar para a professora e nem para minha mãe. Mas teve um dia que não aguentei, pois na hora da aula os meus colegas começaram a cantar a música “Nega do cabelo duro” do cantor Luiz Caldas¹, eles cantavam e riam de mim. Então comecei a chorar bastante, até que criei coragem e falei para a professora.

No entanto, como acontece em muitas situações, a professora não fez nada, apenas disse que eu devia aprender a me defender, isso me deixou triste, pois pensei que a professora iria me ajudar. A minha professora percebia, o que estava acontecendo comigo, mas, por algum motivo, não fazia nada. Após esses acontecimentos não tinha vontade de ir para escola, chorava toda vez que tinha que ir para escola e posteriormente tive queda de rendimento escolar, na verdade não conseguia nem prestar atenção na explicação da professora, por causa das piadas depreciativas sobre minha cor negra e meu cabelo crespo.

Na verdade, em toda minha trajetória escolar no ensino fundamental sofri discriminações e preconceitos, lembro-me que nunca fui chamada para ser “miss caipira”, só convidavam as alunas brancas com cabelos loiros, retirando assim, meu sonho de ser “miss caipira”, o que nunca iria acontecer.

Essas experiências desagradáveis prejudicaram a minha vida, uma vez que trouxe vários efeitos negativos a minha vida social, desde baixa autoestima, negação da própria imagem, dificuldade de relacionamento e timidez. Após essas experiências racistas desagradáveis eu imaginava que realmente eu era “feia”, aliás eu achava que tudo em mim era “feio”, a cor da minha pele e principalmente meu cabelo crespo.

Eu não aceitava meus cabelos crespos, achava “horrrível”, lembro-me de um dia que falei para minha mãe, por que ela tinha casado com um homem de “cabelo

¹ Música Nega do cabelo duro (Cantor Luiz Caldas): <https://www.youtube.com/watch?v=Yxdtgacozxi>

ruim”, afirmei para ela que caso tivesse casado com um homem de cabelo liso, eu teria cabelo liso também. Minha mãe ficou espantada quando falei isso, e disse que eu não deveria falar aquilo, pois meus cabelos crespos eram lindos, no entanto não acreditava nisso.

Lembro-me que meu sonho passou a ser branca e ter cabelos lisos, quando minha mãe alisou meu cabelo pela primeira vez, fiquei muito feliz. Desde quando eu tinha 10 anos de idade até a fase adulta sempre alisei meu cabelo. Só assumi meu cabelo natural após ver várias mulheres assumindo sua identidade negra, deixando de alisar seus cabelos e resolvendo assumir seus cabelos naturais.

Minha experiência no Ensino Médio foi mais tranquila, pois não percebi nenhum tipo de discriminação ou preconceito por ser negra, aliás foi muito bem aceita por todos meus amigos. No entanto, no período do Ensino Médio não havia discussões acerca da temática racial nas aulas e nem nas programações da escola. Desse modo a História e Cultura Afro-Brasileira não foi enfatizada durante as aulas de história, por isso na minha formação ficou uma lacuna sobre esse conhecimento tão importante.

Após o Ensino Médio eu passei a me dedicar para realizar um grande sonho de passar no vestibular, porém a primeira tentativa não foi bem-sucedida, pois não consegui passar, fiquei arrasada e desanimada. Depois disso desisti de fazer vestibular, pois eu imaginava que nunca conseguiria estudar numa Universidade pública, pois dificilmente eu via um aluno negro passar no vestibular. No entanto após 12 anos, decidi fazer o Enem só para testar meus conhecimentos, mas novamente não consegui passar. Mas não desisti, e prometi que no ano seguinte iria me esforçar bastante para conseguir uma vaga na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Então em 2013, comecei a estudar no Cursinho gratuito pré-vestibular Cabanos em Castanhal-Pará, localizado na rua Benjamim Constante, 665, caiçara, neste ano estudei bastante e quando chegou ao exame do Enem consegui fazer uma ótima prova. Então chegou o grande dia do resultado do Enem, estava muito ansiosa, quando fui ver o resultado no site da UFPA, meu nome estava lá, chorei muito de alegria, afinal foi uma enorme conquista, pois mais uma mulher negra-e-pobre havia conseguido uma vaga em uma Universidade Federal.

No primeiro dia de aula na UFPA, estava imensamente feliz e quando iniciamos a primeira disciplina, Antropologia da Educação, no qual o professor Assunção Amaral foi nosso professor, vi que era um negro, fiquei feliz em saber que havia professores

negros na UFPA. A disciplina ministrada pelo professor Assunção Amaral foi a que mais gostei no decorrer dos quatro anos, pois me senti representada, fiquei encantada com todo o conhecimento que adquiri sobre os negros, quilombos e indígenas, etc.

O professor Dr. Assunção José Pureza Amaral apresentou para nossa turma, o Programa de Extensão Universidade no Quilombo, na qual é coordenador. Achei interessante o Programa, pois ajuda a acabar com visão preconceituosa sobre negros e comunidades Quilombolas.

No decorrer dos anos estudando na UFPA, tomei uma decisão importante, resolvi assumir meus cabelos crespos, demorei um pouco até criar coragem para cortar toda a parte alisada do meu cabelo. As minhas amigas de sala de aula da UFPA me deram força através dos exemplos delas, elas assumiram os seus cabelos crespos, primeiro foi a Maiara, quando ela chegou em sala de aula, eu olhei para ela e vi que o cabelo dela estava lindo natural sem química, depois foi a Márcia e em seguida a Estefany. Logo, era minha vez.

Depois desses exemplos de coragem, eu disse “chega de química no meu cabelo”, vou cortar meu cabelo. Meu esposo e meus filhos me apoiaram, isso foi muito importante para mim. Após cortar meu cabelo, recebi vários elogios, que eu tinha ficado mais linda com meus cabelos crespos. Só agora percebi o quanto sou linda, pois minha pele negra e o meu cabelo crespo são belezas herdadas do povo negro descendente de Africano, dos quais me orgulho muito.

O racismo praticado no ambiente escolar não aconteceu só comigo, inúmeras crianças já passaram por isso e continuam vivenciando-o dentro das escolas brasileiras. Dessa forma, é essencial que possamos eliminar o racismo presente em nosso país.

Sobre o problema e questão desse trabalho, se professores conseguem identificar e combater o racismo no ambiente escolar, uma das principais hipóteses é de que alguns professores até conseguem identificar o racismo, mas muitos não combatem, pois não há formação para professores específica para enfrentar o racismo no ambiente escolar, dessa forma muitos educadores tratam o racismo com descaso, sem intervir para acabar com as práticas racistas.

Diante desse cenário, pretendo investigar se os professores conseguem identificar e combater o racismo no ambiente escolar, além disso este trabalho teve como objetivos específicos: verificar qual a concepção de racismo dos professores dos anos iniciais; identificar se os professores já presenciaram racismo na sala de

aula; compreender a atitude do professor em relação ao racismo; destacar se há, e quais são, as dificuldades dos professores em identificar e combater racismo.

Para ter um suporte teórico usarei seguintes autores que procuram entender essa problemática: Munanga (2005) e seu texto *Superando o Racismo na Escola*; Cavalleiro (2001) e o trabalho *Racismo e antirracismo na Educação*; Silva (2002) e o livro *Discriminação Racial nas Escolas*; Moore (2007) e o artigo *Racismo e Sociedade*; além de produções de Amaral (2004); Nilma Lino Gomes (2005); Petronilha Beatriz Silva (2007) e Chiavenatto (2012).

Para fazer essa pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, com o auxílio de uma entrevista semiestruturada coletada com professoras dos anos iniciais para saber se os mesmos conseguem identificar e combater o racismo no ambiente escolar. Para complementar o estudo utilizei o trabalho de campo, no qual fui até uma escola do Município de Castanhal-Pá, fazer a pesquisa com as professoras dos anos iniciais, mais especificamente da Escola Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Monsenhor José Maria do Lago, Rua Boaventura das Neves, Bairro lanetama; para a coleta de dados foi feita uma entrevista semiestruturada com cinco professores dos anos iniciais, dos turnos da manhã e tarde (SEVERINO, 2007).

Esse trabalho foi subdividido em quatro seções sendo que a primeira seção retrata o contexto histórico do racismo, desde a colonização brasileira e traz informações importantes do continente Africano e escravidão do negro africano. A segunda seção aborda discussões sobre o racismo no ambiente escolar e a percepção dos professores nas relações étnico raciais, já a terceira seção explica a metodologia da pesquisa, e finalizando o trabalho, a quarta seção trata da análise do papel dos professores na desconstrução do racismo.

Espero que essa pesquisa ofereça contribuições importantes para esclarecer como está a relação professor aluno sobre a aceitação racial; como professores lidam com a questão do racismo; e, em consequência, contribuir para eliminar o racismo no interior das escolas, trazendo informações fundamentais para os docentes, ajudando-lhes a melhorar a suas práticas pedagógicas, para que assim, possam intervir contra a discriminação racial no interior da escola, através de discussões com seus alunos valorizando a cultura negra.

1. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO RACISMO NO BRASIL

1.1. A COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos?

Essas são perguntas que as pessoas fazem para conhecer a si e reconhecer aos outros, para definir-se e para identificar-se. Também servem para criar o sentimento de pertencimento a um ou vários grupos, para conhecer a realidade presente, passada e projetar-se para o futuro

(MUNANGA, GOMES, 2016, p. 11).

É de suma importância entendermos como os aspectos do processo do povoamento do Brasil interferiram diretamente no que nos tornamos hoje, pois contribuiu para a formação de cada brasileiro, atribuindo uma identidade que foi composta por grupos que tiveram presença marcante na sociedade brasileira.

O nosso falar, a nossa cor, até mesmos o modo que nos relacionamos evidencia vestígio de tudo que foi passado no decorrer da construção da nossa sociedade. Desse modo, nesta seção faremos uma viagem pela história do Brasil, destacando a colonização dos portugueses no país e posteriormente a escravidão indígena e do negro africano.

Ao longo da história do Brasil houve vários acontecimentos, que influenciaram economicamente e culturalmente o cenário da sociedade brasileira atual. Dentre esses fatos é importante ressaltar a chegada dos colonizadores europeus no Continente Americano e posteriormente no território brasileiro. Esse acontecimento histórico modificou drasticamente a cultura do povo que habitava esse local.

De acordo com Munanga e Gomes (2016) a história do Brasil, na versão de alguns autores, retrata que os portugueses foram os “aventureiros descobridores” do Brasil, porém essa versão errônea da história foi contada pelos portugueses. Essa história eurocêntrica ainda é contada em algumas instituições escolares, por professores sem formação adequada esses fatos contribuem para que hoje, as pessoas tenham um conhecimento errado da colonização do Brasil.

Desse modo é importante salientar, que os portugueses foram os primeiros colonizadores a invadir o território brasileiro, navegaram em grandes caravelas durante meses, enfrentando vários obstáculos durante a viagem, desde doenças até mortes. Apesar dessas dificuldades os portugueses tinham experiência em

navegações longas, pois se tornaram especialistas em expedições marítimas. Segundo Chiavenato (2012) a coroa portuguesa investiu na construção das caravelas e isso se confirma na seguinte citação:

Esses fatos demonstraram a capacidade náutica dos portugueses: como eles conheciam os ventos, as correntes marítimas, estavam adiantados na construção de caravelas, eram criativos no uso das velas; e, por isso, descobriram os “caminhos do mar”, que os trouxeram ao Brasil (CHIAVENATO, 2012, p. 54-55).

Como vimos na citação acima, os portugueses tinham conhecimentos náuticos que favoreciam suas navegações em rotas desconhecidas no mar. Sem as técnicas adquiridas ao longo das navegações exploratórias, dificilmente conseguiriam chegar em terras tão distantes como o Brasil.

Os portugueses desembarcaram no litoral brasileiro em Porto Seguro na Bahia. Assim quando portugueses desembarcaram, logo se apossaram dessa terra. Segundo Munanga e Gomes (2016, p.12) “Embora essa terra já tivesse ocupada e tivesse seus donos, os portugueses anunciaram seu descobrimento e dela tomaram posse, estendendo para além da Europa seus domínios”. Depois os portugueses fizeram uma carta relatando o que tinham encontrado no novo mundo.

Conforme Munanga e Gomes (2016, p.12) os portugueses:

(..) mandaram cartas ao Rei de Portugal, relatando tudo que encontraram e viram: a natureza local, a terra, a gente, a quem deram o nome coletivo de índios, era atrasada, andava nua, era canibal, praticava sacrifícios humanos, não tinha religião, adorava os espíritos da natureza. Chegaram até a colocar em dúvida a natureza humana dos chamados índios.

Destacam-se nessa carta que a primeira visão dos portugueses sobre os indígenas foi totalmente preconceituosa, uma vez que, o contato com uma nova cultura, no qual tinham um modo de vida diferente da sociedade portuguesa, deixou os mesmos espantados, chegaram até pensar que os índios não eram humanos. Dessa forma é nítido que os portugueses se consideraram superiores aos índios, isso fez com que os mesmos relatassem ao rei de Portugal, que os índios não eram “civilizados”.

Na verdade, vários colonizadores europeus, quando vieram para o Brasil tiveram pensamento racista, do qual usaram esse argumento como um artifício para expor sua “superioridade” e assim, civilizar os povos indígenas, dominar e modernizar o território brasileiro, impondo o modelo europeu eurocêntrico. Esse modelo europeu persiste em ser disseminado na sociedade, fortificando o racismo.

Sendo assim é importante salientar que os professores devem ter o cuidado ao narrarem a história da colonização, pois o professor tem a responsabilidade de desfazer o discurso preconceituoso da colonização do Brasil e dizer que a relação dos colonizadores europeus com os habitantes do Brasil-foi de dominação e exploração. Dessa forma, poderemos começar a descolonizar as ideias imposta pelos colonizadores racistas.

Os portugueses começaram a colonizar o Brasil tendo em vista interesses econômicos, pois visualizavam a possibilidade de enriquece, uma vez que, em Portugal não teriam chances de se tornarem ricos, pois o seu país estava passando por uma crise econômica. E caso os colonizadores ficassem em sua terra dificilmente se tornariam ricos. Segundo Chiavenato:

Os portugueses queriam do Brasil ouro e especiarias. Mas como Caminha informou, não encontraram ouro, os índios “não lavram, nem aqui há boi ou vaca”; assim, diminuiu o entusiasmo pela colônia. Mas em 1501 eles fizeram uma expedição mais acurada, procurando saber o que tirar da terra. A partir de 1502 começou a exploração do pau-brasil (2012, p. 56).

Esse período em que os colonizadores portugueses faziam a expedição no Brasil foi chamado de pré-colonial. Nessa época os estrangeiros fizeram uma varredura no terreno indígena, “instalando capitânicas (pequenas províncias) e outras formas de ocupação, comuns na época às regiões invadidas” (MUNANGA; GOMES, 2016, p.15).

Assim percebe-se que o colonizador europeu acreditava que tinham total direito de invadir o território brasileiro, na qual já tinha donos e começar a dominar e implantar a cultura europeia, utilizando todos recursos para seu enriquecimento próprio. Essa dominação preconceituosa se baseou na justificativa que os índios, que habitavam no território brasileiro, eram de uma raça inferior. Dessa forma os

colonizadores usaram os indígenas para explorar todos os recursos naturais do novo mundo.

Dessa forma para fazer a extração do pau-brasil os colonizadores utilizaram a mão de obra indígena, para isso, os convenceram, que todo trabalho que realizado seria recompensado com objetos vindos da Europa, como espelho, roupas e etc. Essa troca feita entre portugueses e indígenas era de extrema exploração.

Na metade do século XIX o pau-brasil estava praticamente extinto. A exploração do pau-brasil marca o início da depredação das nossas florestas como norma – uma catástrofe ecológica iniciada quando os lusitanos chegaram. E inaugura o escambo: insuficiente para derrubarem as árvores, os portugueses convenceram os índios a fazer o trabalho, em troca de miçangas e outras quinquilharias de pouco valor para os exploradores (CHIAVENATO, 2012, p. 56).

Ao analisarmos essa troca, percebemos que os indígenas foram explorados pelos colonizadores, uma vez que os portugueses se beneficiavam usando o trabalho dos índios dando objetos de pouco valor para aceitarem trabalhar. Desse modo a mão de obra indígena serviu para extrair uma das maiores riquezas naturais do Brasil, o Pau-Brasil. O pau-brasil é uma árvore de cor avermelhada, no qual os portugueses retiraram o líquido vermelho para exportar para Europa, no qual era usado como tinta para tecidos e tinha muito valor naquela época.

Segundo Chiavenato (2012), a extração do pau-brasil era extensiva no período de 1504 a 1532, na qual os portugueses chegaram a levar mais de 300 toneladas por ano. O carregamento do pau-brasil era destinado para Portugal, como a mercadoria era muito valiosa, era saqueada das embarcações por piratas. Ou seja, a madeira tinha um duplo saque, primeiro pelos portugueses e segundo pelos os piratas.

Desse modo percebe-se que os portugueses começaram a colonizar o Brasil, pois tinham interesses comerciais, eles movimentaram a economia de Portugal através do comércio do pau-brasil. No entanto com intensas derrubadas de árvores do pau-brasil, esse recurso foi se esgotando. Chiavenato afirma que:

(..) A extração do pau-brasil é um bom exemplo do círculo vicioso a que estava preso Portugal: quanto mais pau-brasil extraia, mais lucros obtinha; porém, quanto mais pau-brasil extraía, mais rapidamente esgotaria a fonte de seus lucros. Assim com tudo - sem se levar em

conta que os frutos desse comércio quase sempre favoreciam outros, geralmente estabelecidos na Holanda, Inglaterra ou a elas associadas (2012, p. 57).

Nesse sentido o comércio do pau-brasil não era destinado somente para Portugal, outros Países da Europa também se beneficiaram com a exportação deste produto. Dessa forma, com depredação do pau-brasil, os portugueses tiveram que comercializar outros produtos, que eram muito mais caros, como a cana-de-açúcar.

Com o fim das exportações do pau-brasil, o açúcar se tornou o produto mais exportado do Brasil. O ciclo de açúcar no Brasil foi desenvolvido através dos engenhos, localizados predominantemente no litoral do Nordeste brasileiro. Os principais produtores do açúcar eram os senhores dos engenhos, que utilizavam a escravização dos negros africanos para fazer o trabalho pesado. Na seção seguinte abordaremos a principal consequência do colonialismo no Brasil, a escravidão, que durou 300 anos de muita violência e injustiça.

1.2. A ÁFRICA, SOCIEDADE AFRICANAS ANTES DA ESCRAVIDÃO PELOS EUROPEUS

Antes de falarmos sobre a escravidão do negro africano é necessário contar primeiramente, de onde esses homens e mulheres vieram e como os mesmos viviam. Os negros africanos foram trazidos no continente africano onde desfrutavam da liberdade e riqueza desse território, na verdade, foi na África que a humanidade surgiu com vários grupos com diferentes costumes, línguas e tradições.

Conforme Santos (2015, p.23), o continente Africano:

Com os seus 30.221.532 km², o continente africano configura-se como o terceiro maior do mundo, chamando a atenção pela diversidade territorial, climática e social. A divisão territorial do continente como conhecemos hoje, é fruto de uma divisão geopolítica que levou em consideração os anseios dos colonizadores europeus em meados do século XV arregrados pela eclosão da primeira revolução industrial.

Dessa forma percebe-se que o continente africano é o mais extenso territorialmente e possui muita riqueza e diversidade cultural, ao contrário de que

muitas pessoas acreditam, o continente africano é um dos mais populosos, com 54 países, e tem diversidade territorial, climática e social, por isso foi alvo dos colonizadores europeus que dominaram alguns povos do território africano.

De acordo com Munanga e Gomes (2016) muitas pessoas desconhecem os verdadeiros aspectos do das terras africanas, pois as imagens mostradas pela televisão, nos filmes e novelas, retratam apenas as informações distorcidas da população africana, na maioria das vezes é mostrado apenas pelo lado negativo que faz com que as pessoas desconheçam a diversidade cultural da África.

De acordo com Munanga e Gomes (2016):

Até hoje, nas imagens que são veiculadas sobre a África, raramente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e muito menos as de uma cidade moderna africana construída pelo próprio ex-colonizador. Geralmente, mostram uma África dividida e reduzida, enfocando sempre aspectos negativos, como atraso, guerras “tribais”, selva, fome, calamidade naturais, doenças endêmicas, Aids etc. (p.32).

Os reflexos de uma imagem negativa da África permanecem até hoje, muitas crianças e adultos ainda tem somente a imagem de uma África pobre no qual as pessoas passam fome e tem terríveis doenças que assolam a população. Nesse sentido é preciso que essa imagem distorcida seja desfeita da mente da sociedade brasileira, e isso só será possível se os professores das escolas do Brasil se atentem para importância da história da África na formação dos alunos.

Dessa forma “conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.13)

Nesse sentido é essencial que durante as aulas de todas as disciplinas, a história da África seja contada corretamente sem preconceitos e visões eurocêntricas, já que durante muito tempo foi negado aos alunos conhecer sua verdadeira origem. Pois os conteúdos curriculares eram excludentes, sem esclarecimento sobre a história da formação do nosso País.

Segundo Carvalho (S/D), a lei 10.639 foi uma conquista importante para educação, uma vez que propõe novas diretrizes curriculares para o ensino da história

e cultura afro-brasileira. Sendo assim é obrigação do professor mostrar em suas aulas a cultura afro-brasileira, e a contribuição que os negros africanos tem na sociedade brasileira, ressaltando a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

É preciso destacar também a Lei 11.645, sancionada em 10 de março de 2008, que inclui no artigo 26-A, o seguinte: “ Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008).

Sabemos que as referidas Leis foram conquistadas pelos movimentos sociais negro e indígena, para trazer o reconhecimento dessas populações que foram vitimadas pelo preconceito impregnado na sociedade, pelos europeus, que não aceitaram o padrão de vida dos indígenas e negros, se considerando assim superior aos mesmos.

Dessa forma, esse é o momento ideal para acabar com tantas injustiças cometidas durante um longo tempo com a população negra, pois com os avanços conquistados na educação, podemos garantir que os alunos consigam entender que a história da África está totalmente ligada com a nossa, e por isso não devemos ser racistas, pois quando não aceitamos os negros, estamos negando a nossa própria origem.

Dessa forma é fundamental mostrar que o continente africano é extremamente rico na qual deve-se destacar grandes reinos, além das antigas civilizações que se desenvolveram no continente africano, como a egípcia, a cuxita, axumita e a etíope.

Dentre essas civilizações a mais conhecida foi a civilização egípcia, mas todas as outras tiveram importantes contribuições para a cultura e história da humanidade, pois desenvolveram tecnologias, e formaram sociedades organizadas ao longo do período de sua existência (MUNANGA; GOMES, 2016).

Porém não foram só as civilizações que fizeram parte do legado do continente africano, mas tiveram diversos reinados, estados presentes na construção da história da África. Diante disso destacaremos nesse trabalho o nome de alguns impérios, fazendo um breve resumo de alguns.

Primeiramente falaremos do Império Gana, conhecido como o país que possuía uma imensa quantidade de ouro, se localizava nas regiões do Sahel, que ficava entre Senegal e Niger. O rei morava na capital Kumbi-Saleh, nessa capital havia duas cidades, na qual em uma delas ficava o palácio e também os túmulos dos príncipes e

bosque sagrado no qual acontecia os cultos religiosos tradicionais. Além disso, o rei possuía dignitários com os quais se reunia para escutar e resolver as reclamações de seus súditos, como o rei era muito rico, o mesmo possuía um enorme exército com infantaria, arqueiros e cavalaria (MUNANGA; GOMES, 2016).

Como vemos acima o Império Gana foi um dos reinos mais ricos do continente africano, possuindo uma organização política e religiosa exemplar, do qual muitos não conseguem imaginar, tendo em vista que o preconceito sobre a África ainda está impregnado na mente de muitos sujeitos desinformados.

O império Mali foi o segundo maior império do Sudão Ocidental, após o Império de Gana e durante muito tempo se tornou o Estado mais rico da África Ocidental, pois possuía minas de ouro e controlava as vias transaarianas de Maghreb, Líbia e Egito. Os Mansa-Muçã fizeram uma gloriosa peregrinação a Meca, visitando o sultão do Cairo, acompanhados de súditos que exibiam suas glamorosas vestimentas. Os Mansa-Muçã, distribuíram enormes quantidades de ouro que fez despencar o valor do metal durante dozes anos (MUNANGA; GOMES, 2016).

No século VIII, havia o reino KuKia que ficava no topo do rio Níger, esse reino foi formado por camponeses, caçadores e pescadores. A capital de Kukia era Gao, que ficava localizada na encruzilhada das rotas de caravanas do Saara. Este reino foi conquistado por Mansa-Muçã do Mali em 1325, porém foi recuperado algumas décadas depois no reino de Sonni (MUNANGA; GOMES, 2016).

Segundo Luigi (2017), songai foi um dos reinos que conseguiu expulsar o domínio do Império Mali, o reino de songai avançou sob os domínios do antigo Império Mali, exemplo disso foi a enorme cidade Mulçumana de Timbuktu, antiga capital de Mali que foi dominada pelo Touaregs, povos nômades do deserto. Mas em 1458, o rei Sonni Ali banuiu os Touaregs e em seguida dominou a cidade de Timbuktu.

Percebe-se que na África havia uma diversidade enorme de Cultura e riquezas, cada Império tinha seu modo de viver baseado em seus valores e conhecimentos. “Entre os africanos a organização social e econômica girava em torno de vínculos de parentesco em famílias extensas, da coabitação de vários povos num mesmo território (...)” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.13).

A organização social da África desprendia das formas de viver de outros continentes, eles tinham sua própria sabedoria que se formava ao longo dos tempos, respeitando cada ser que habitava esses territórios, principalmente sobre a questão familiar que era lineada através dos conhecimentos das matriarcas e dos patriarcas

de cada sociedade. “Nessas sociedades a coesão dependia, em grande parte, da preservação da memória dos antepassados, da reverência e privilégios reservados aos mais velhos e da partilha da mesma fé religiosa” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.13).

É preciso questionar quantos alunos no Brasil tem ou teve acesso a esses conhecimentos sobre a África. Imaginamos como as crianças ficariam fascinadas ao saber sobre os grandes Impérios que eram comandados por extraordinários reis e rainhas. Sendo assim é extremamente relevante abordar na sala de aula as informações sobre a cultura africana para que assim o racismo seja exterminado do Brasil.

1.3. ESCRAVIDÃO DO NEGRO AFRICANO

Agora falaremos sobre a maior tragédia da história da humanidade a escravidão africana. Quando estudamos a vinda dos negros africanos para Brasil, vemos que não foi exatamente isso que aconteceu, uma vez que os mesmos foram trazidos forçadamente para o território brasileiro. Antes disso os africanos viviam em “sua terra natal, em suas aldeias, em suas casas e famílias” no Continente Africano (LIMA, 2010, p. 55).

No período do século XV, houve a pior forma de escravidão, através do tráfico Atlântico os ingleses, holandeses, portugueses e franceses, obrigaram os africanos a deslocarem-se para as Américas. Aproximadamente de 12,5 milhões de africanos foram embarcados nos navios, sendo que somente 11 milhões chegaram nas Américas, desses 40% foram trazidos para o Brasil pelos traficantes (ALADRÉN, 2010).

Um das principais causas da escravidão foi o comércio que envolveu os três continentes, os dois explorados pela Europa; o acúmulo de riqueza. Capitalismo fez ressurgir relações escravistas quase desaparecidas no mundo. De acordo com Albuquerque e Filho:

A retirada violenta de africanos de suas comunidades, conduzidos para trabalhar como escravos em terras distantes, foi a solução encontrada pelas potências coloniais europeias para povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais das colônias no Novo Mundo (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 39).

Os europeus tendo em vista a colonização capitalista no novo mundo, forçaram os africanos a vim para o Brasil, tornando-os escravos para suprir as necessidades existente na exploração das colônias do continente americano.

Segundo Amaral (2008) nos séculos XV a XVIII, o comércio de tráfico de negros africanos capturados da África se fortalece tornando-se muito lucrativo para a coroa portuguesa. O Brasil foi um dos maiores consumidores do comércio escravista, pois no território brasileiro tinha muitos recursos naturais para ser explorado e com isso os portugueses precisaram de bastante mão-de-obra escrava.

O tráfico Atlântico de escravizados foi bastante longo e inúmeros africanos foram trazidos para as Américas de uma forma totalmente desumana. O mais trágico de tudo isso foi o número de mortes dos africanos que estavam dentro dos navios ou tumbeiros.

Os compartimentos destinados aos prisioneiros, de um metro de altura, obrigavam os adultos a se conservarem agachados. (...) como eram muitos, vinham todos sentados entre as pernas um dos outros, de modo que a disposição da carga era a de compactas fileiras de indivíduos. Luz quase não havia, nem ventilação (...) (CARVALHO, 2010, p. 16).

Esses compartimentos dos navios não tinham nenhuma condição necessária para transportar os africanos, pois não tinham luz e nem ventilação, além de péssimas condições de higiene. Isso mostra o descaso dos traficantes com os negros africanos. O tratamento desumano vitimou a vida de muitas mulheres, homens e crianças africanas, pois era muito difícil sobreviver naquelas condições no qual eram transportados.

Homens, mulheres e crianças eram transportados amontoados em compartimentos minúsculos dos navios, escuros e sem nenhum cuidado com a higiene. Conviviam no mesmo local, a fome, a sede, as doenças, a sujeira, os agonizantes e os mortos. Em média transportava-se 400 negros em cada compartimento desses (GASPARETTO JUNIOR, S\D, p 01).

Segundo Lima (2010, p.55):

Cerca de 11 milhões de africanos foram trazidos para as Américas como escravos, no mais longo processo de imigração forçada da História da humanidade. Destes, aproximadamente quatro milhões ou mais foram transportados para o Brasil. Ou seja, 40% dos africanos

escravizados o foram para vir trabalhar no nosso país: para plantar comida e produtos agrícolas de exportação (como a cana de açúcar, o tabaco, o algodão, o cacau, o café), para extrair ouro e diamantes das minas, para carregar tudo o que fosse necessário para construir casas, igrejas e ferrovias, para abrir e pavimentar ruas (...).

Percebe-se que grande parte dos africanos escravizados foram trazidos para o Brasil, para trabalhar nas lavouras e também em outros segmentos, com o intuito de fornecer a mão de obra para os colonizadores explorarem riquezas naturais presente no território brasileiro. Além disso, os africanos trouxeram seus conhecimentos através de técnicas que fizeram enriquecer a cultura brasileira.

Assim quando os navios negreiros chegavam nos portos do Brasil, as autoridades alfandegárias faziam a contagem dos negros sobreviventes de acordo com o sexo, depois disso, os traficantes pagavam os impostos de cada negro, a partir de três anos de idade. Em seguida eram leiloados, no entanto grande parte dos negros africanos eram levados para armazéns que ficavam localizados próximo das áreas portuárias dos centros urbanos (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Diante disso vemos que os negros africanos eram vendidos como se fossem “mercadorias”, na qual os traficantes pagavam impostos sobre os mesmos, isso evidencia que os brancos não tiveram um mínimo de humanidade com os negros africanos, o tratamento dado a essa população era totalmente humilhante, sem respeito e direitos. Segundo Albuquerque e Filho os negros padeceram:

“Devido aos rigores da travessia, os africanos chegavam quase invariavelmente magros e debilitados, com feridas na pele, brotoejas e sarna. As crianças geralmente apresentavam barrigas inchadas em consequência de vermes e da desnutrição. Quando a epidemia de oftalmia, uma inflamação dos olhos, disseminava-se a bordo, era comum os vendedores puxarem pela corda extensas filas de escravos quase ou completamente cegos, amarrados e tropeçando uns nos outros até os armazéns” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 53).

Os negros africanos que eram comprados pelos senhores foram destinados há diversas regiões do território brasileiro. Mas “Em favor da região mais próspera do país, a distribuição de negros escravizados se deu atendendo aos interesses de quem tinha maior poder político, econômico e de barganha (...)” (AMARAL, 2004, p. 57).

Os negros não aceitaram a escravidão e os castigos impostos pelos escravizadores, houve muitas formas de resistência, do qual os africanos se organizavam e lutavam em prol de sua liberdade. Uma das maneiras de resisti era a formação de Quilombos. De acordo com Munanga e Gomes (2016):

(...) os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 71)

Apesar de toda crueldade que os colonizadores faziam com os negros, os mesmos nunca deixaram de lutar por sua liberdade, não aceitaram o sistema escravista, uma vez que os africanos não concordavam com essa condição de vida, por isso grande parte dos negros africanos se revoltaram para conseguir sua liberdade.

Sendo assim, temos que deixar de ver o negro que viveu sob o regime da escravidão como “naturalmente escravo”, como alguém que nasceu para servir. O que aconteceu é que a ele foi imposto o regime da escravidão que o obrigou a viver durante séculos sob a condição de escravo. E isso faz toda a diferença! (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 70).

Nesse sentido o que queremos enfatizar com esse contexto histórico do racismo no Brasil é, que os professores tem obrigação de contar a história da formação do Brasil de forma comprometida com a questão étnico racial, precisamos de professores desprovidos de racismo, que façam discussões em sala de aula que abordem os conhecimentos da África, da cultura do negro, pois assim, acreditamos que a educação é capaz de reverter essa situação, uma vez que através do ensino inicialmente pautado na lei 10.639/2003, o professor conseguirá sinalizar mudanças na luta contra o racismo.

2. RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

Como vimos na seção anterior, a escravidão imposta no Brasil trouxe enormes consequências para a população negra. Porém a maior consequência do escravismo no Brasil foi o racismo, que ainda hoje é muito forte na sociedade brasileira. Muitos estudiosos da temática racial confirmam que o racismo presente no Brasil está relacionado a escravidão ao negro africano, na qual ainda se acredita na ideologia que a raça negra é inferior. Mas é uma questão política, que depende de ações afirmativas para ser eliminado.

A abolição da escravatura de 1888, não deu fim às injustiças sofridas pelo negro escravizado. Os negros libertos sofreram com a exclusão social, já que os mesmos não foram aceitos pela sociedade branca e não foram amparados após a escravidão, foram jogados na rua sem emprego e moradia (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

A partir disso o negro sofreu com o preconceito e a discriminação, pois não tinha acesso ao mercado de trabalho e a educação. Esses empecilhos fizeram com que essa população não tivesse os mesmos direitos que os brancos. Dessa maneira, ao longo dos tempos a população negra foi injustiçada em todos os contextos sociais tendo um tratamento diferenciado.

Dessa forma o racismo se tornou cada vez mais forte e enraizado na sociedade brasileira, na qual a ideologia racista foi passando de geração para geração, o que mostra que ainda hoje as pessoas têm aquela visão do tempo da escravidão, pois muitos sujeitos ainda acreditam que o negro é inferior, pois foi escravizado, e que não devem ter os mesmos tratamento e privilégios que os brancos.

As desigualdades raciais ao povo negro trouxeram enormes sequelas a vida social dessa população, principalmente no que diz respeito à educação, o negro lutou muito para ter o direito de ser inserido no contexto educacional. Somente a partir de 1878 com o decreto nº 7.031-A de Carlos Leôncio de Carvalho no qual diz no Art. 5º que, “Nos cursos nocturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos (...)”. (BRASIL, 1878).

Como vemos o acesso à educação foi garantido primeiramente aos homens livres e libertos maiores de 14 anos, excluído assim o restante da população negra. Apesar das reformas educacionais estabelecidas naquela época, o negro não foi aceito nas instituições escolares. Os alunos negros eram excluídos por causa da sua

classe social e por causa da sua cor. Foi um processo muito lento até que toda população tivesse o direito de estudar.

Em suma, as escolas noturnas representaram, no período em questão, uma estratégia de desenvolvimento da instrução pública, tendo em seu bojo poderosos mecanismos de exclusão, baseados em critérios de classe (excluía-se abertamente os cativos) e de raça (excluía-se também os negros em geral, mesmo que fossem livres e libertos). Ainda que amparadas por uma reforma de ensino, que lhes dava a possibilidade de oferecer instrução ao povo, essas escolas tinham de enfrentar o paradoxo de serem legalmente abertas a todos em um contexto escravocrata, por definição, excludente (GONÇALVES, SILVA, 2000, p. 136).

O movimento negro se intensificou no início século XX, com o objetivo de lutar pelos direitos da população negra, sobretudo pelo acesso à educação escolar, pois o movimento quilombola, dos cabanos e abolicionista era movimentos de negros. A partir disso foram muitas lutas dos movimentos sociais negros para que o negro fosse reconhecido e tivesse direitos iguais perante a sociedade (MUNANGA; GOMES, 2016).

No entanto o racismo existente no Brasil nunca acabou e o negro ainda continua sendo discriminado na sociedade atual, só que agora de uma maneira diferente da do período do Brasil colonial. Pois agora vivemos numa sociedade em que os sujeitos dizem que não são racistas, ou seja, as pessoas afirmam que vivemos em um País que há uma democracia racial. Porém não é isso que realmente acontece, pois, o racismo hoje é camufla

Esses fatos só confirmam que o racismo não acabou, nosso País ainda é extremamente racista e preconceituoso, no qual fica perceptível que muitos sujeitos não aceitam os negros, apesar de o Brasil ser uma sociedade em que a maioria dos habitantes é considerada negra e parda (IBGE, 2014), formada por diferentes grupos culturas e raciais. No entanto a raça branca é favorecida em diferentes contextos sociais, pois ser branco no Brasil traz garantias e privilégios, ao contrário do negro que se torna “invisível” perante a uma sociedade racista.

2.1 DEFINIÇÃO DE RACISMO

Ao falarmos de um tema tão delicado no qual envolve sujeitos de diferentes etnias, precisamos entender a palavra racismo, muito citado no trabalho até aqui. Desse modo para compreender melhor o racismo é necessário defini-lo, para isso apresentaremos a definição de alguns autores que estudam essa temática.

Os autores Munanga e Gomes (2016, p.179), definem o racismo da seguinte forma:

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e a discriminação racial.

O racismo também pode ser definido como:

“(...)suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê (SANTOS, 1990, p.12).

De acordo com as citações acima o racismo é quando um grupo ou pessoa tem aversão a características raciais da outra pessoa, podendo assim desenvolver sentimento de desprezo e raiva. O racismo foi desenvolvido a partir de ideias de superioridade de uma raça sobre a outra, concomitante usada para dominar outros grupos.

A origem do racismo é bastante antiga, vem desde o século XV, quando os colonizadores europeus começaram a escravizar os negros africanos afirmando serem superiores a eles, com esse julgamento, dominaram e destruíram a cultura e a economia dos mesmos (SANT'ANA, 2005).

O racismo é muito forte e vem sendo disseminado há muito tempo na história da humanidade, esses conflitos entre raças permanecem até hoje, pois há poucas

políticas públicas de enfrentamento que ataquem o racismo pela raiz. Por isso que o racismo continua enraizado na mente dos sujeitos racistas na qual vai passando de uma geração para outra.

A lei N° 12.288, de 20 de julho de 2010, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial decreta a seguinte:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010)

No entanto percebe-se que o Estatuto de igualdade racial, de 2010, ainda não garantiu de fato aos negros, a mesma oportunidade que o restante da população brasileira depois de séculos de escravidão e racismo. Pois O negro no Brasil tem menos chance de estudar, conseguir emprego, haja vista que há uma enorme desigualdade social no território brasileiro, aqui a cor da pele determina e influência bastante no que diz respeito as oportunidades. Desse modo podemos apontar vários exemplos do racismo presente do Brasil.

Segundo Oliveira (2017), a população negra é a mais prejudicada em questões de violência, desemprego, havendo enormes desigualdades com essa população, no mercado de trabalho, os negros e pardos sofrem para conseguir uma vaga de emprego. De acordo o Atlas da violência (2018) a taxa de homicídio de negros no Brasil foi 40,2%, no período de 2006 a 2016.

Esses dados alarmantes comprovam que o racismo pode ser percebido e comprovado na sociedade. Dessa forma, a população negra se tornou a principal vítima das mazelas identificadas na sociedade brasileira, uma vez que a falta de oportunidades de emprego e educação contribuiu marcadamente para aumentar a participação dos negros nos dados de crime e violência no Brasil.

Segundo Guimarães (2009, p. 12):

“Arriscando uma conceituação sumária, acredito que se pode dizer que, de um ponto de vista mais estritamente econômico, entende-se que existe discriminação quando alguma característica “irrelevante” do indivíduo (sua cor da pele, por exemplo) é utilizada para restringir o seu acesso às oportunidades econômicas, sociais e políticas”.

As características fenotípicas do negro, como a cor da pele, ainda é um entrave na conquista dessa população, de terem as mesmas oportunidades de outros grupos raciais, pois o fato de ser negro na sociedade brasileira, traz empecilhos como discriminação e rejeição, havendo uma vergonhosa seleção de grupos determinados pela sociedade racista. Desse modo percebe-se que discriminação racial revela o preconceito existente na mente de muitos sujeitos que externalizam quando discriminam o negro.

2.2 PERCEPÇÃO DOCENTE NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA

É inegável, que no Brasil há racismo, e se manifesta em vários contextos sociais na sociedade brasileira, tantos em espaços públicos como particulares, porém nesta seção debateremos sobre o racismo que está presente nos ambientes escolares e como o professor está percebendo as relações étnico-raciais nos interiores das escolas brasileiras.

As relações étnico-raciais no Brasil tem sido tema de muitos debates nos últimos tempos; pois é durante as relações de pessoas de diferentes raças que o racismo acontece. Nesse sentido vemos que o racismo está presente nessas relações que se propagam em diversos ambientes, principalmente escolar.

“Há algum tempo, estudos e pesquisas apontam a presença de racismo e de discriminação racial em várias instituições socializadoras, como a escola, os meios de comunicação, a religião, o trabalho e, até mesmo, a família” (A COR DA CULTURA, 2006 p. 82).

Nesse sentido a escola é um local em que há socialização de diferentes grupos raciais, muitos sujeitos reunidos em um mesmo ambiente diariamente, desde alunos, professores, diretores, coordenadores e profissionais do apoio. E são durante essas relações interpessoais que acontece no cotidiano escolar, que o racismo se manifesta através de discriminações e preconceitos. “O preconceito é uma atitude negativa, com relação a um grupo ou uma pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo do indivíduo é considerado como o ponto positivo de referência” (JANES, 1973, p. 03, apud AMARAL, 2004, p.89).

Segundo Munanga e Gomes: A palavra “discriminar” significa distinguir, diferenciar, discernir. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito (2016, p.184).

A partir disso sabemos que o aluno representa um dos principais integrantes do espaço escolar, pois sem o aluno a escola não funciona. Nessa perspectiva a escola deve proporcionar ao aluno um ambiente propício para a aprendizagem, na qual o educando possa se sentir incluído em todos os processos do espaço escolar.

Desse modo tanto a escola como professor devem tratar os alunos igualmente sem fazer nenhuma distinção de cor, raça, gênero ou condição socioeconômica. Contudo dentro das escolas brasileiras podem imperar conflitos acerca de problemas étnicos raciais, na qual confirma Ramos (2013, p. 02):

A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote, em alguns momentos, uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social. O discurso do opressor pode ser incorporado por algumas crianças de modo maciço, passando então a se reconhecer dentro dele: “feia, preta, fedorenta, cabelo duro”, iniciando o processo de desvalorização de seus atributos individuais, que interferem na construção da sua identidade de criança.

É nesse momento que precisa haver a intervenção da professora trazendo informações positivas sobre as características raciais de cada grupo, enfatizando sobre a miscigenação da nossa sociedade, ensinando valores como respeito para que seja perpetuado o racismo entre os alunos. Segundo Silva (2007):

(...) o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais (SILVA, 2007, p. 490).

Nesse sentido desde cedo as pessoas devem ser ensinadas a não se acharem inferiores ou superiores a outras, para que assim haja respeito mútuo entre os grupos étnico-raciais e esses ensinamentos fazem parte do processo de educar que é responsabilidade tanto dos pais como dos professores.

Entretanto no interior do espaço escolar há conflitos entre os alunos no qual é destacado atitudes racistas referentes as características raciais do negro, como cor da pele, cabelo e lábios, usados por outros alunos, até mesmo por professor para ser motivo de piadas e palavras pejorativas.

Durante muito tempo a temática sobre as relações étnicas não era incluída no “planejamento escolar”, pois segundo Araújo:

A sociedade encontrava-se em uma inercia, sem reivindicações e ausência de atitudes do governo perante as ideias de racismo, preconceito e discriminação racial que circulavam “livremente” nos espaços escolares e diversos setores da sociedade, se afirmando em cada ação prática, em cada palavra dita, em cada sujeito marcado pelos contrastes sociais (ARAÚJO, 2016, p. 49).

Percebe-se que durante muito tempo, o governo Federal se omitiu a admitir que no contexto escolar havia racismo, por isso se negou a criar políticas públicas na qual implementasse uma educação antirracista. A omissão do governo de criar políticas se pauta no argumento de que há democracia racial em nosso país, essa visão distorcida faz com que dificulte a discussão sobre o racismo existente no cenário brasileiro.

Na verdade, herdeiros de uma tradição colonial, a falta de compromisso da elite com a maioria da população negra brasileira levou historicamente a omissão de política antirracista; hoje as políticas existentes estão em ameaça pelas elites tradicionais que assumiram o poder política do estado de forma autoritária e interventiva.

Nesse sentido, no Brasil ainda se acredita no “mito da democracia racial”, essa ideia em que as diferentes etnias convivem harmoniosamente sem haver desigualdades, foi compartilhada em toda sociedade brasileira, esse discurso ideológico acaba dificultando a luta contra o racismo no Brasil. Desse modo é preciso acabar com mito da democracia racial fazendo debates sobre a temática do racismo, principalmente no contexto escolar, que é um dos ambientes responsáveis pela formação humana.

Dessa forma o professor desempenha um papel fundamental para trazer discussões referente ao racismo durante suas aulas. Esse educador precisa desmistificar a ideia que não há racismo no Brasil e discutir meios para combater ou eliminá-lo.

Para combater o racismo na escola é necessário que os professores consigam perceber atos racistas que são disseminados diariamente no contexto escolar. Contudo é preciso que os mesmos possam primeiramente saber o que é racismo? Como o racismo acontece no ambiente escolar? Como ele é gerado? Esses conhecimentos são fundamentais para que os educadores possam reconhecer se está havendo racismo dentro da escola.

De acordo com Sant' Ana (2005):

“Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo institucional, refletido através de políticas educacionais que afetam negativamente o negro” (SANT' ANA, 2005, p. 50).

Os professores devem ter o cuidado de decodificar as práticas racistas produzidas dentro do espaço escolar, na qual devem atuar com uma postura crítica e reflexiva sobre os atos que ocorrem no ambiente escolar. Contudo de acordo com Cavalleiro (2005, p. 12):

No cotidiano escolar, considerável parcela dos profissionais da educação diz não perceber os conflitos e discriminações raciais entre os próprios alunos. Por esse mesmo caminho, muitos também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação anti-discriminatória.

No entanto percebe-se que muitos professores tratam com descaso o racismo existente na escola, alguns até conseguem perceber o racismo, porém não faz nenhuma intervenção, pois não tem formação e por isso, não percebem isso como uma violência, dessa forma não realiza ações pedagógicas contra a violência do racismo.

Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito da democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (MUNANGA, 2005, p. 15).

No entanto há diversos conteúdos e atividades que podem ser utilizados durante as aulas pelos professores, bastando apenas que estes profissionais da educação tenham compromisso em eliminar a prática de racismo. Dentre essas atividades, Silva (2005), propõe as seguintes ideias didáticas:

Vão através dos tempos; desenhos imaginativos; dramatização dos diferentes grupos étnicos que contribuíram para a formação do povo brasileiro; sensibilização para conhecer as diferentes etnias africanas (maneira de vestir, calçar, pentear; como carregam os filhos; hábitos; costumes; religiosidade, etc.); o aluno conta a história do seu próprio nome, sua origem; o aluno será levado a entender porque os negros perderam a identidade do nome; o aluno será levado a conhecer a história de outros nomes significativos para a comunidade negra; desenhando o próprio nome; trabalhando plástica e gestualmente o próprio nome, etc.; movimentos corporais dos mitos e lendas; brincadeiras e jogos de percepção, levando a que os alunos se conheçam uns aos outros e respeitem suas características fenotípicas; dramatização das pessoas que trabalham em casa, na escola, no bairro, observando as suas características; levar o aluno a manifestar teatralmente a real História do Brasil – a que não é contada (...) (SILVA, 2005, p. 130)

Nesse sentido, quando os profissionais da educação não fazem seu papel, ensinando os alunos a respeitar a diversidade étnica do nosso país, acabam contribuindo na formação de sujeitos preconceituosos. Por isso é tão importante que os docentes proporcionem uma formação aos educandos valorizando a história e a identidade dos alunos.

Os professores têm mais chances de perceber se está havendo racismo nas relações étnico-raciais, uma vez que tem o contato mais próximo com os alunos no cotidiano escolar. Dessa maneira o docente pode e deve ter o cuidado de ver se os alunos não estão sendo tratados de maneira desigual, ou se em suas práticas pedagógicas esteja excluindo os alunos afrodescendentes. Assim:

Como um passo decisivo rumo à promoção do respeito e da igualdade no ambiente escolar, a reflexão sobre a dinâmica das relações raciais vivenciadas nesse espaço não pode mais ser protelada, em especial por todos (as) aqueles (as) que se consideram ou ocupam o posto de educador (a) (A COR DA CULTURA, 2006, p. 82).

Dessa maneira para que haja respeito e igualdade no ambiente escolar os professores precisam analisar se as relações raciais no interior da escola estão sendo democráticas, valorizando todos os grupos raciais existentes entre os muros da instituição, ou seja, é necessário que os educadores entendam que eles devem ser os primeiros a combater preconceitos e discriminações nesse espaço.

Porém temos a consciência que a responsabilidade de educar os alunos para respeitar a diversidade racial em nosso país não é somente do professor, mas também dos pais e parentes que às vezes são preconceituosos com os negros, e acabam ensinando seus filhos a serem assim também. “No entanto, os principais atores sociais responsáveis pela formação de indivíduos dentro dessa estrutura social que interagimos são os professores” (ARAÚJO, 2016, p.80).

Partindo disso os professores são um dos principais formadores dos indivíduos, dessa forma, o fazer pedagógico do mesmo deve partir do princípio de educar alunos capazes de viver em na sociedade respeitando a diferença de cor, gênero e orientação sexual das pessoas, e essa formação só será possível se o sistema educacional estiver empenhado, para acabar com todo tipo de preconceito e discriminação.

2.3 LEI 10.639/2003 NO COTIDIANO ESCOLAR

Em 9 de Janeiro de 2003, no governo do ex Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, foi promulgada a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, através da inclusão dos artigos 26-A, 79-A e 79-B. Estabelecendo:

Art. 26A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

Art. 79A.

(VETADO)"

Art. 79B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

A Lei 10.639, foi alterada e complementada pela Lei 11.645, que torna obrigatório o estudo da História e cultura Africana, Afro-Brasileira e indígena nas escolas do ensino fundamental e médio. O objetivo dessa lei é combater o racismo nos espaços escolares, bem como incluir dentro dos conteúdos programáticos o estudo da História da África e africanos e indígena, ressaltando a importância da cultura desses povos na formação do nosso País.

Porém é preciso ressaltar que a lei 10.639, só foi possível, através de reivindicações dos movimentos sociais negro, que sempre lutou por melhorias para população afrodescendente, e essas lutas inclui principalmente a igualdade no sistema educacional, que historicamente foi negado no Brasil. Os movimentos sociais negros travaram lutas mais de meio século para conseguir "a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira (SANTOS, 2005, p. 34).

De acordo com Freitas (2010) a história da população afrodescendente foi apresentada no sistema de ensino com informações desencontradas, onde homens e mulheres sempre eram apresentados como "escravos", que "vieram" do continente africano.

Nesse sentido uma das maneiras de acabar com o racismo presente na sociedade brasileira é através de ações afirmativas criadas pelo Estado, para que tenha fim as injustiças cometidas durante séculos com a população negra. Segundo Munanga e Gomes (2016, p.186), "as ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidade para todos (...)". Desse modo as ações afirmativas desempenham um papel fundamental para garantir a igualdade para todos inclusive para os negros.

De acordo com Munanga e Gomes (2016, p. 187):

O objetivo da ação afirmativa é superar as desvantagens e desigualdades que atingem os grupos historicamente discriminados

na sociedade brasileira e promover a igualdade entre os diferentes. Isso pode ser feito de maneiras diversas, como por exemplo, bolsas de estudo; cursos de qualificação para membros dos grupos desfavorecidos; reserva de vagas - as chamadas cotas - nas universidades ou em certas áreas do mercado de trabalho (...).

Dessa forma as ações afirmativas podem diminuir as desigualdades através de políticas públicas voltadas para incluir os grupos menos favorecidos, tanto na educação como nas áreas do mercado de trabalho. Assim pode haver transformação na sociedade atual com as implementações das políticas públicas criadas pelo o Estado.

A Lei 10.639, foi uma dessas políticas públicas implementada na educação, por isso hoje há algumas escolas que estão se esforçando para colocar em prática a referida lei, afinal ela tem o caráter obrigatório e precisa ser cumprida. No entanto é preciso lembrar que mesmo a lei 10.639, sendo obrigatória, muitos professores não estão incluindo em suas aulas a História e cultura Afro-Brasileira, pois talvez esses professores sejam racistas ou os mesmos não tenham formação sobre a Lei 10.639. Dessa maneira é preciso destacar a Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, na qual destaca na seção II, no 2º parágrafo que:

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

De acordo com a Lei acima é responsabilidade do poder executivo propor formação inicial e continuada para os professores, dessa forma tanto o governo Federal, Estadual e Municipal tem que promover formações para preparar os professores para colocarem em prática a lei 10.639. No entanto é preciso que o poder executivo seja mais compromissado com a educação, oportunizando mais formações para os docentes, para que tenham subsídios necessários para combater o racismo.

Assim, percebe-se que as políticas públicas voltadas para acabar com o racismo no país ainda são muito falhas, pois, precisam ter um comprometimento melhor dos educadores, para que sejam de fato cumpridas, se não as leis ficaram apenas no papel e as desigualdades permaneceram na sociedade brasileira.

No entanto temos que enfatizar que o Ministério da educação criou também as Diretrizes Curriculares para Relações Étnicas Raciais e Ensino de cultura e história da África e Afro-Brasileira, essa ação afirmativa tem o objetivo de “corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (BRASIL, 2004, p. 05).

Além disso tem a Lei nº 12.711, que foi sancionada em de 29 de agosto de 2012, no governo da Presidenta Dilma Rousseff, que garantiu as políticas de cotas raciais ao acesso as universidades federais brasileiras através do Art. 3º que diz:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012, p. 01).

As leis afirmativas criadas na educação nos últimos anos reafirmam que a realidade racial das pessoas negras no nosso país é desigual e que também, de fato há racismo no Brasil. Desse modo compreendemos que precisamos fortalecer os movimentos sociais negros, pois essas leis refletem que quando se luta e reivindica consegue-se direitos fundamentais para que haja igualdade.

3. METODOLOGIA

Para realizar a pesquisa usei a abordagem qualitativa devido a mesma chegar a informações e aos dados necessários para a obtenção dos resultados buscados, pois segundo Santos Filho (2007) a pesquisa qualitativa tem o foco voltado para a realidade natural. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 47) “Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”.

Para fazer este trabalho utilizei as seguintes pesquisas: Primeiramente fiz um levantamento bibliográfico na qual levantei artigos científicos, livros, teses e dissertações referente a temática racial. Estes me ajudaram a ter o suporte teórico para fazer a pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é todo material bibliográfico já publicado sobre o estudo da pesquisa, como “revistas, livros, pesquisas, monografias, jornais, teses, material cartográfico e etc”.

O estudo bibliográfico oferece conhecimentos fundamentais para resolver o problema da pesquisa, uma vez que traz informações atuais de trabalhos já realizadas, mostrando onde precisa ser melhorado (MANZO, 1971). Com a pesquisa bibliográfica obtive conhecimentos do tema proposto de suma importância para fazer este trabalho.

A pesquisa foi realizada no Município de Castanhal que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), tem uma população estimada de 195.253 habitantes, localizada a aproximadamente a 65 km da capital Belém (CASTANHAL, 2015). No município de Castanhal tem 106 escolas do ensino regular, na qual há 1.473 docentes e 31.934 discentes matriculados no ensino regular. Sendo que 60 escolas são municipais do ensino fundamental menor, contendo 786 docentes e 18.153 alunos matriculados (IBGE, 2015).

Utilizei a pesquisa de campo para fazer a coleta de dados na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Monsenhor José Maria do Lago, localizada na rua Boaventura da Neves, bairro lanetama, do Município de Castanhal do Estado do Pará, região Norte, com os professores até o 5º ano, ou seja, foi feito diretamente no local de trabalho dos docentes. Com a o estudo de campo consegui os dados da realidade do problema da pesquisa.

A escola escolhida para fazer a pesquisa oferece as seguintes modalidades de ensino: educação Infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental (anos iniciais). Na pré-escola há 49 alunos matriculados, e no ensino Fundamental anos iniciais (1º a 5º

ano) 290 alunos e na sala de atendimento especial, 22 alunos. A escola possui seis salas de aulas e tem 50 funcionários, a escola possui sala da direção, cozinha, laboratório de informática, sala de leitura, sala dos professores, banheiros, sala de atendimento especial (CENSO, 2017).

Segundo Severino (2007) a pesquisa de Campo é aquela na qual o pesquisador vai ao encontro de seu objeto de estudo, ou seja, vai ao lugar no qual está localizado o objeto da pesquisa, pois se baseia naquilo que observa para coletar informações referentes à pesquisa. Dessa forma a pesquisa de campo foi essencial para coletar dados diretamente no local de trabalho das professoras, uma vez que conseguir dados importantes, como as imagens da sala de aula que contribuíram posteriormente para fazer a análise das falas das professoras.

Para fazer a coleta de dados usei a entrevista, mediante a um roteiro com perguntas abertas e fechadas.

Segundo Gil (2008, p. 109):

A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar os dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Fiz a pesquisa com cinco professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, da Escola que aceitaram participar da pesquisa. A entrevista foi semiestruturada, a escolha desse tipo de pesquisa se deu pelo motivo de assim se conseguir dados mais concretos sobre o tema do estudo, e também dar mais condições para explicar melhor as perguntas, esclarecendo dúvidas quando surgirem (MARCONI, LAKATOS, 2003). Esse tipo de coleta de dados me deu subsídios essenciais para ter sucesso na pesquisa, pois durante a entrevista algumas professoras não entenderam algumas perguntas, assim tive que explicar com outras palavras para que as mesmas entendessem.

Com relação a análise de dados, fiz a análise do conteúdo. A análise do conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência (..)" (BARDIN, 2009, p. 44).

3.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O LÓCUS DA PESQUISA

Quando fui ao campo fazer o estudo, inicialmente fiz o contato inicial com o diretor da Escola. Primeiramente expliquei ao gestor objetivos do trabalho e como os dados seriam coletados. O diretor foi bastante receptível e atencioso e se dispôs a ajudar, falando com os professores para aceitarem participar da pesquisa. Foram explicados ao dirigente da escola, os objetivos da pesquisa, como seria coletado os dados, esclarecido as dúvidas e indagações a respeito da mesma e acerca do sigilo referente às informações coletadas.

Após esclarecer com o responsável da escola todas as informações necessárias, solicitei o consentimento para falar pessoalmente com cada professora que aceitaram participar da pesquisa, em seguida expliquei as participantes o objetivo do estudo, e logo após informei que a participação seria voluntária, e que os sigilos a respeito da identidade das educadoras seriam mantidos.

As professoras que aceitaram participar da entrevista, foram entregues o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE), atendendo assim, os procedimentos éticos que regem esse tipo de pesquisa. Pois segundo Cozby (2006), Procedimentos éticos significa que os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, se podem sofrer algum dano, quais as vantagens, enfim, são todas as informações que podem levar os participantes a participarem ou não.

Fiz a entrevista com cinco professoras dos anos iniciais que atuam como professores nos anos iniciais, há mais de dois anos. A escolha desses professores se deu pelo motivo de os mesmos fazerem parte do processo de formação dos alunos e os mesmos tem o contato diário com alunos podendo assim se os primeiros a visualizar se há racismo dentro do ambiente escolar.

A entrevista foi feita nos dias 19 e 20 de junho de 2018, diretamente na escola, no primeiro dia entrevistei duas professoras do turno da manhã, sendo que uma é professora do 3º ano e a outra do 2º ano do ensino Fundamental, e no turno da tarde entrevistei mais duas professoras, uma do 1º ano e outra do 4º ano. Já no segundo dia, entrevistei a última professora que pediu que viesse naquele dia, pois estava muito ocupada fazendo relatórios. Nem todas as professoras aceitaram participar logo de início, foi preciso que o diretor e a coordenadora fizessem o diálogo com algumas docentes para participarem da pesquisa.

Imagem 01: Escola Monsenhor José Maria do Lago



Fonte: Guia de Castanhal

Disponível em: <https://guiadecastanhal.com.br/servicos/detalhes/69>

4. ANÁLISE DO PAPEL DO PROFESSOR NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

Nesta seção final apresento o resultado deste trabalho através de quadro e falas das professoras da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Monsenhor José Maria do Lago, para que assim fique mais nítida a compreensão do resultado, se os docentes conseguem perceber e combater o racismo no ambiente escolar.

Dessa forma primeiramente apresento o resultado obtido através das perguntas sobre a caracterização dos professores, desde o tempo de trabalho, sua cor e instituição pela qual se formou, lembrando que os dados presentes na tabela foram respondidos no momento da entrevista pelas professoras. Esses dados são importantes para entender a fala de cada professor diante dos problemas étnicos raciais no ambiente escolar. Não utilizei os nomes originais das entrevistadas, usei nomes fictícios de origens africanas, conforme assinado pelas professoras, no momento da entrevista, no termo de consentimento livre e esclarecido-TCLE, na qual foi prometido que suas identidades seriam protegidas.

Quadro 01: Caracterização das professoras quanto a instituição pela qual se formou, tempo de trabalho e cor.

SUJEITO	INSTITUIÇÃO PELA QUAL SE FORMOU	TEMPO DE TRABALHO NA ÁREA EDUCACIONAL	COR
Amira	UFPA, Letras e Geografia	22 anos	Negra
Becca	UFPA, Letras e Pedagogia	21 anos	Negra
Dalila	Faculdade Ipiranga, Pedagogia	2 anos	Branca
Keyah	UFPA, Pedagogia	23 anos	Branca
Zalira	UFPA	18 anos	Parda

Fonte: Pesquisa de campo, MAGALHÃES, 2018.

Os dados presentes no quadro acima são respostas de perguntas feitas as professoras no início da entrevista, sendo que é importante ressaltar que em relação a cor as próprias professoras se auto afirmaram.

Na entrevista perguntei se as professoras já haviam sofrido algum tipo de discriminação, o resultado dessa pergunta está apresentado-abixo:

Amira: *Sim*

Becca: *Sim*

Dalila: *Não lembro*

Keyah: *Sim*

Zalira: *Sim*

Percebe-se nas respostas acima que a maioria das professoras já foram discriminados de alguma forma, por serem negras, sua condição financeira, ou por serem mulheres. Percebemos na fala da **Amira**, na qual ela relata a história dela, as vezes que foi discriminada por ser negra.

Amira: *“Sim, é..., principalmente é.... Nos preconceitos que eu me lembro assim... no momento de ter sofrido, em relação a classe social e... você ser discriminada por causa disso, de receber olhares né, em atendimento, isso em lojas foi bem ruim! Porque você vê que somos um povo seletivo! Em relação a isso, são muito preconceituosos! Até você entrar na loja, se você é negro ou tá numa parada de ônibus, se um negro se aproxima, eu já percebi diversas vezes isso, as pessoas ficam meio que..., a gente percebe que é diferente quando é um branco, como isso dissesse alguma coisa né?”*

Esse dado confirma que ainda muitas pessoas são discriminadas diariamente na sociedade brasileira, principalmente o negro que no Brasil ainda é visto como membro de um grupo “inferiorizado” aos outros, por isso são discriminados em diversos setores da sociedade. Segundo Munanga e Gomes “No Brasil não convivemos com uma discriminação oficial, ou seja, inscrita na lei. Apesar da nossa constituição não admitir que nenhum cidadão ou cidadã seja excluído por seu sexo, raça, cor ou religião” (2016, p. 186).

Em seguida foi feita a seguinte pergunta para as professoras: No seu entendimento o que é racismo?

As professoras entrevistadas definem o racismo da seguinte forma:

Amira: *“É toda atitude negativa em relação ao outro, de não aceitação ao outro, pode ser da tua classe, poder ser da tua cor, pode ser de religiosidade, é tudo que você discrimina! É tudo que você se nega a aceitar”.*

Becca: *“Racismo... pra mim é uma doença! Uma doença nasce com o ser humano, a partir do momento, ela pode eliminá-la da sua vida ou ela tem a capacidade de continuar com ela e seguir em frente. Uma doença que ela pode contaminar até as outras pessoas, inclusive as pessoas que sofrem o racismo, as vítimas, elas também as vezes são preconceituosas, são racistas! Com elas mesmas”.*

Dalila: *“O racismo é quando a pessoa né..., como posso explicar..., assim é relacionado a questão da cor né? Tipo a pessoa não respeita a cor do outro e fica xingando ou agredindo ou pode se verbal ou física, uma dessas formas eu acredito”.*

Keyah: *“Olha é uma coisa bem chata (...) deixa eu ver... como é que eu posso simplificar pra ti..., porque é uma coisa, é... se eu fosse falar eu ia me estender muito, mas a pessoa que tem esse tipo de sentimento de rotular as pessoas pelo simples fato da cor da sua pele é uma pessoa muito pequena diante dos outros, porque não é a cor da tua pele, a cor do teu olho é... que não vai fazer de você o que é de verdade, tem pessoas que te rotulam até mesmo antes de você falar a primeira palavra, então pra mim é uma pessoa muito pequena, é uma pessoa de uma insignificância que não tem tamanho”.*

Zalira: *“Racismo pra mim... é uma discriminação, eu acho que discriminação racista é você discriminar uma raça por considerar essa raça inferior, é porque existe no mundo inteiro essa questão das raças, das culturas, das etnias, onde uma se acha superior as outras, aí começa a discriminar essas raças com o racismo”.*

Os autores Munanga e Gomes (2016) definem o racismo da seguinte maneira:

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tentar impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que

serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e a discriminação racial (p. 179).

Ao analisar a fala das professoras acima, percebe-se que a maioria conseguiu dizer o que é racismo, mesmo algumas não tendo um embasamento teórico conseguiram explicar demonstrando que tem conhecimento sobre o assunto, pois responderam com precisão sem mostrar dúvida sobre o que estava falando. Contudo percebi **Keyah** teve dificuldade de dizer o que é racismo, pois quando fiz essa pergunta a mesma ficou em silêncio por um tempo até conseguir responder. Também é preciso enfatizar a fala da **Becca**, quando diz que: “*racismo é uma doença que a pessoa já nasce com ela*”, essa professora se equivocou ao fazer essa afirmação, pois vários teóricos afirmaram que o sujeito não nasce com o racismo. Segundo Munanga e Gomes (2016), nenhuma criança nasce preconceituosa, ela vai aprendendo ser através do convívio social na família, escola, igreja, principalmente quando se convive com pessoas que tem uma visão negativa dos negros, índios, do idoso e homossexual.

É de suma importância que os professores saibam o que é racismo, haja vista é o primeiro passo para se combater o racismo, pois sem esses conhecimentos básicos da temática racial se tornará difícil para os docentes identificar a prática do racismo no ambiente escolar. Conforme Gomes (2005) é importante os professores saberem o que é racismo, preconceito e discriminação racial, pois esses conhecimentos são necessários para que os mesmos consigam identificar a prática do racismo no espaço escolar.

Para saber se os professores estão combatendo o racismo no ambiente escolar, foi feita a seguinte pergunta para as professoras: O que você faz para que seus alunos não sofram racismo no ambiente escolar? As respostas das professoras estão apresentadas abaixo:

Amira: “*Eu trabalho respeito! Trabalho valores, eu acho que o racismo vai além da cor né? É uma questão de saber viver com o outro com as diferenças, então o meu trabalho em todas as áreas é muito voltado para isso, para igualdade social, então no momento eu não posso supervalorizar o negro! Acho que quando a gente enfatiza muito algo, aquilo torna sendo negativo, mas assim, se você trabalhar a questão do respeito, eu preciso*

respeitar o outro com diferença, seja ela de cor, seja ela de religião, de classe social, ele merece respeito assim como eu né, a lei me garante isso, do direito de ser respeitada independente de qualquer coisa, então nosso trabalho é muito nessa linha do respeito(...)"

Becca: *"Desenvolvo projetos, sequencias didáticas sempre voltados para essa temática, eu sempre sou pregador daquela máxima que todos nós somos iguais, ninguém é melhor que ninguém, todos somos iguais, não só os negros, os alunos especiais também, todo mundo é igual aqui! Todo mundo é igual!"*

Dalila: *"Olha assim... é... na verdade eu... sei as vezes que a gente tem que, na verdade, não só que fazer algo quando acontecer, a gente tem que fazer aquela questão preventiva, mas assim já aconteceu na minha sala né, é... assim a pouco tempo, a tarde, de uma aluna não está no momento, mas a mãe me relatou que a criança chamou a outra de neguinho e aí eu soube disso, no primeiro momento que soube eu fui na sala não citei nomes, mas eu expus a situação somente, e falei oh não precisar se identificar eu só quero que vocês tenham consciência que isso tá errado falei né, falei que isso é... racismo né, que é crime se criança fosse maior que poderia se até preso, mas mesmo que ela é criança, mas tava errado que ela não poderia fazer aquilo, eu fiz assim né... Aconteceu já".*

Keyah: *Olha! É... Tem uma coisa que eu trabalho não só com meus alunos, mas também com meus filhos, porque eles têm a mania de quando vão pintar, aí eles têm assim eu quero a cor de pele, que é aquele bege, e aí eu pergunto para eles que cor é a pele né, porque que cor é minha pele? Que cor é sua pele? Pele tem a cor várias cores, não é só o bege que é cor de pele e aí tentar entender né, tentar fazer para ele entender, até o próprio negro, porque as vezes eles já tem essa noção de ser diferente, de ele ser diferente, que as vezes a própria sociedade já coloca isso, até própria família né? já tem isso consigo que é preciso as vezes trabalhar ele né, a cor dele né? não é que outro diz, é o que ele sente o que ele pensa e sempre nos cartazes, eu sempre procuro não colocar só a cor da pele que eles dizem que é o begezinho, mas tá dizendo para ele que tem o marrom, que tem o preto, a cor preta, pra ser a cor da pele, sempre está tentando colocar para eles que não existe é... só um tipo de cor de pele né? tentar fazer eles entenderem (...)"*

zalira: *“Eu trabalho, eu trabalho muito isso na sala de aula, com palavras geradoras, eu levo imagens né?, não tenho levado vídeos, tem até um vídeo bem interessante, mas eu trabalho muito isso com eles, porque é uma coisa assim que... eu abomino! eu não acho que nenhuma cultura, nenhuma cor, ninguém é melhor de que ninguém sabe! Mas infelizmente isso acontece em casa e as vezes a gente só passa quatro horas com eles, e essas quatro horas a gente tenta trabalhar isso aí, buscar a parceria da família, mas é difícil, chega a ser difícil não pelas as crianças, mas por aquilo que ela receber informações na casa delas, que as vezes o pais da família são bem preconceituosos! Bem racistas! Então não tem como as crianças não ser diferente né? Então ela.... A gente tem essa dificuldade, na sala e aula eles ficam caladinhos, mas a gente percebe, eles estão calados, mas não estão concordando muito com aquilo que a gente tá falando, mas são crianças ainda né? Ainda estão no processo de desenvolvimento e ainda dar para trabalhar bem isso aí”.*

Ao analisar as falas das professoras sobre o que estão fazendo para que os alunos negros não sofram racismo, vemos que as mesmas são contra as práticas racistas, porém ainda tem bastante dificuldade de combater o racismo dentro da sala de aula, pois suas estratégias educativas são muito tímidas para combater, haja vista que a maioria utiliza um discurso que não considera a valorização da cultura africana, para informar seus alunos acerca da temática do racismo, só dizer que “temos várias cor de pele na nossa sociedade”, como informou a **Keyah**, não vai fazer os alunos entenderem que não podem ser racista, e também dizer que “racismo é errado, que pode ser preso quando for adulto” como a **Dalila** falou, tudo isso, não vai mudar o pensamento racista do aluno.

Segundo Gomes (2005):

(...) julgo que seria interessante se pudéssemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. Dessa forma, o entendimento dos conceitos estaria associado às experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores (p.149).

Desse modo é preciso de fato fazer discussões sobre a prática do racismo (e do combate ao racismo) no cotidiano escolar diariamente, elaborando ações pedagógicas voltadas para informar os alunos da importância dos negros na formação da sociedade brasileira. É preciso acabar com a visão eurocêntrica e preconceituosa que persiste em permanecer na mente de muitos brasileiros. Sendo assim, percebe-se que pelo discurso das professoras, **Amira, Becca e Zalira**, que estão combatendo o racismo no ambiente escolar; que elas ainda precisam melhorar suas práticas pedagógicas e utilizar novas estratégias e discursos, para então, ensinar os alunos a serem antirracista, criando subsídios para combater e contribuir na eliminação do racismo.

Ao analisar a seguinte fala da professora **Amira**: *“eu não posso supervalorizar o negro, quando a gente enfatiza muito algo, aquilo torna sendo negativo”*; e a fala da professora **Becca**: *“Somos iguais, ninguém é melhor que ninguém, todos somos iguais, não só os negros, os alunos especiais também, todo mundo é igual aqui! Todo mundo é igual!”*, percebe-se que a professora **Amira** e a professora **Becca** utilizam o mecanismo de fuga, para não discutir o racismo e sua superação. Também não concordo com o discurso da **Amira**, pois quando um professor combate ao racismo o mesmo não está “supervalorizando o negro”, mas sim está promovendo a igualdade, com atitude afirmativa; dessa forma, caso contrário, estaria supervalorizando o não negro, o branco.

No decorrer da entrevista perguntei se os professores já haviam visto algum ato de racismo no ambiente escolar. E através das respostas das professoras consegui os seguintes dados:

Amira: *“Vários, mas tem um que nunca esqueci! Foi na educação infantil, um aluno meu falou assim: um aluno bem branquinho! Ele falou... na hora de brincar, ele tinha um perfil de liderança, então ele falou assim: oh! Branco pra cá e negro pra cá, e aquilo saltou os olhos né? E eu fiquei observando, e ele fazia aquilo com muita naturalidade, então foi um trabalho que tive que fazer junto com a família em relação a tudo isso. A família disse que não acostumava enfatizar o preconceito nem nada, mas eu acredito que em algum momento, até na brincadeira que a gente faz a gente tá reforçando isso, então é muito importante se atentar pra isso, até com os ditos populares ah! Isso é coisa de negro! Só podia ser negro! Então eu trabalho muita essa questão com eles, o que a gente*

fala né? O que a gente tá falando que pode está ferindo o outro, se fosse conosco né? Como a gente agiríamos? Ou sentiríamos”

Becca: *“Sim, na época era 1999, na época eu trabalhava na Escola Modelo, eu era auxiliar da professora fulano de tal, a gente tinha um aluno negro, e os outros alunos da escola prenderam ele no banheiro no cabide pela blusa, porque ele era negro, eu lembro que eu fui no banheiro acompanhar uma criança da educação infantil, naquela época eu era auxiliar, levei uma criança, inclusive que não era negra.... A gente chegou lá ele estava pendurado, a aluna viu e disse: tia vamos tirar ele de lá agora, uma criança de quatro anos, a gente tirou, ele tava pendurado, ele tava com o pé no chão, mas a camisa dele estava engatada e ele não conseguia tirar, aí ele disse que os amiguinhos dele do 6º ano tinham colocado ele lá, a escola tomou as providências.... Mas essa experiência eu nunca vou esquecer”.*

Dalila: *“Como falei não estava no momento, mas a mãe me relatou aí eu fui conversei com a criança que sofreu aí ele confirmou, aí fui então intervir a cena não citando nomes conversando sobre, aí pretendo trabalha mais como faz pouco tempo não deu tempo ainda devido a questão de prova, quero fazer algo mais significativo, mostrar coisas práticas, porque não adianta somente falar! Eles têm que sentir alguma coisa, então quero pensar em algo, antes que aconteça de novo, alguma coisa nesse sentido, eu quero assim trabalhar a prevenção, mesmo pra que isso não se estenda”.*

Keyah: *“Olha eu não lembro assim de... uma coisa assim pra te dizer que é racismo de... fato e de direito, as vezes a gente presencia aquelas brincadeiras sem graça né? Toda vez que eu presenciei isso né, mas eu não acho que teve alguma coisa assim que eu lembro que foi alguma coisa de racismo mesmo, mas se há alguma coisa assim é.... no sentindo dessas piadas sem graça, eu sempre chamo né? E tento fazer com que a criança reflita com relação a percepção da cor da pele mesmo”.*

Zalira: *Há oito anos atrás... eu era coordenadora de uma escola, ela não era minha aluna era aluna da escola, eu não trabalhava em sala com ela... tinha uma aluna que era “neguinha”, bem negrinha, bem moreninha mesmo, o termo moreno é um pouco discriminatório, tem pessoas que não gostam de ser chamada de negro né? Por isso eu chamo de morena, por conta disso eu chamo de morena, e quando iam fazer trabalho em grupo, uma vez que eu tive na sala eu percebi que as outras crianças não queriam ficar com ela né, isso me doía muito! Porque eu via a tristeza no olho dela, da criança, e tanto quando diziam: Vamos formar grupos, ela ficava no cantinho dela, ela não saía, ela sabia que seria rejeitada. Aí a gente trabalha a questão de tá socializando a criança,*

inserir ela nos grupos, mas nessa época eu vi um pouco da rejeição das crianças.

Através desses relatos confirma-se que quatro professoras já presenciaram algum ato de racismo no ambiente escolar, no entanto percebe-se que algumas professoras relataram experiências que aconteceram anos atrás, dentre essas falas destacamos as das professoras **Becca** quando diz que “*Sim, na época era 1999*”, e também a professora **Zalira** quando fala que: “*Há oito anos atrás*”. Dessa forma, vemos que, essas professoras, ao relatarem essas experiências passadas sobre ato de racismo no espaço escolar poderiam mostrar que não está havendo racismo atualmente na escola em que as professoras **Becca e Zalira** trabalham ou as mesmas não estão conseguindo perceber o racismo. Mas também podem ter sido os casos de racismos que mais marcaram a vida delas, entre outros casos também presentes.

Por outro lado, a professora **Keyah** quando afirma que não lembra de nenhuma prática de racismo, e em seguida explica que as vezes há brincadeiras sem graça entre os alunos, mas não as considera que sejam racismo, mostra que não está percebendo que essas brincadeiras trazem consigo bases racistas, são racistas, e isso é perigoso uma vez que “em muitos casos, as práticas de racismo em sala de aula já se cristalizaram de tal forma, que passam a se constituir como práticas naturais” (RAMOS, 2013, p. 03).

Nesse sentido, se na infância não forem feitos trabalhos, sobretudo diante de brincadeiras racistas, essas crianças crescerão e continuarão reproduzindo o racismo historicamente e as vítimas continuarão sofrendo os efeitos perversos destas práticas, que somente as vítimas sabem seus os efeitos, como relatei no início deste trabalho.

É preocupante que atualmente tenha professores com dificuldade de perceber o racismo, que vejam brincadeiras racistas como práticas naturais, isso mostra que a presença do racismo no ambiente escolar ainda é marcante, por causa de professores que preferem negar que haja racismo do que enfrentar o problema (CAVALLEIRO, 2001, apud, RAMOS, 2013). Outras vezes porque os próprios professores também não superaram seu racismo.

Dentre as falas das entrevistadas é importante também destacar a fala da professora **Zalira** que utiliza um termo pejorativo ao definir a aluna que estava sofrendo racismo como “neguinha”, “bem negrinha”, porém durante a entrevista a mesma percebeu que tinha usado um termo pejorativo e em seguida disse que usa a

palavra moreninha ao se referir a pessoas negras, pois os negros não gostam de ser chamados de negros.

As respostas dadas evidenciam que quatro professoras já tinham presenciado racismo no ambiente escolar, todavia, percebe-se que suas atitudes foram contra a prática do racismo, tentando resolver ao problema imediatamente para que o ato racista não se estendesse no interior da escola. Essa atitude deve ser tomada pela escola e professores.

Em outro momento da entrevista foi perguntado se as professoras sabiam como o racismo se manifestava no ambiente escolar.

Amira: *“Sim, com a separação - numa brincadeira, as vezes com chacota né? Com apelidos é muito frequente isso acontecer, geralmente é assim, é... a questão da exclusão, exclui para não brincar porque é negro eu já vejo isso muito mais amenizado né, então vejo isso bem menos do que via antes, acho que o trabalho que está sendo feito mexe talvez no trabalho de se pensar nas políticas públicas pra isso tem amenizado muito isso”.*

Becca: *“Eu acredito que ele se manifesta pela culpa dos pais, os pais são racistas, as crianças naturalmente não são, mas os pais têm alguns pais que são racistas e aí a criança está brincando com outro coleguinha, aí chega o pai e diz: Por que você tá brincando com esse menino preto? Né? Aí o pai faz isso e acaba incentivando a criança a ser racista (...)”*

Dalila: *“Olha eu acredito que é assim né, xingando desmerecendo o outro e as vezes a gente nem percebe, porque as vezes é escondido, e as vezes ele fala baixinho só para aquela criança, e a criança as vezes tem medo de contar, porque as vezes é ameaçado pelo colega então eu acredito que é de uma forma bem é... escondida, as vezes não naquele momento as vezes acontece assim, como nesse caso eu não vir, então pode ser de maneira é... implícita né? pode se dizer assim né? Ou pode ser explícita também entendeu? ”*

Keyah: *“...É uma pergunta pra mim meio difícil porque depende do ponto de vista de como tu veres, porque as vezes uma simples brincadeira, como eu acabei de ti falar a criança pode se sentir né? Rejeitada, se senti como o outro tivesse feito um ato de racismo né? ou pode levar como uma brincadeira (...)”*

Zalira: *“Ele acontece de forma mais camuflada entendeu? Nós professores a gente tem um desafio de poder está atento de perceber, porque ele não acontece assim muito visível, mas é de forma camuflada,*

como falei, e você tem que estar atento para você perceber se está tendo racismo naquela hora (...)”

Com as respostas das professoras acima confirmou-se que a maioria consegue identificar como o racismo se manifesta no ambiente escolar, mostrando que as professoras **Amira, Dalila e Zalira** não tem dificuldade de perceber o racismo, pois nas suas falas demonstraram ter conhecimento da prática do racismo. No entanto, a professora **Keyah** demonstra ter dificuldade de saber como o racismo se manifesta no ambiente escolar, principalmente quando afirma que: *É uma pergunta pra mim meio difícil*”. Também se constata na seguinte fala: *“depende do ponto de vista de como tu veres, que as vezes uma simples brincadeira...a criança pode se senti como o outro tivesse feito um ato de racismo né ou pode levar como uma brincadeira”*. Percebe-se que a professora **Keyah** utiliza um discurso racista para dizer que as pessoas que veem racismo em simples brincadeiras, na qual ela não acredita que seja racismo, colocando a culpa na criança negra que se sente rejeitado e considera a brincadeira racismo.

Ainda nessa perspectiva da pergunta como o racismo se manifesta no ambiente escolar, destaca-se a fala da professora **Zalira**: *“Ele acontece de forma mais camuflada entendeu?”*. De acordo com Amaral (2004, p. 94), “O racismo pode, ainda, ser inconsciente ou consciente, dissimulado ou camuflado; embora seja importante compreender as faces em que o racismo vem se manifestando nas diversas sociedades”.

Nesse sentido o racismo pode se manifestar de diversas maneiras na sociedade, porém dentro do espaço escolar o professor deve saber como o racismo se manifesta para ter condições de intervir para que não seja disseminado e prejudique os alunos. Dessa forma é preocupante que a professora **Keyah** tenha dificuldade de perceber práticas racista, pois poderá causar implicações sociais a seus alunos, se continuar desconhecendo como é praticado o racismo na escola.

A próxima questão foi: você utiliza estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo? Se sim, Quais?

Becca: *“sim por exemplo a gente constrói não mais aqueles projetos didáticos agora é sequencia didática pelo plano nacional de*

alfabetização na idade certa (PNAIC) que trabalha com sequencia didática, aí você vai escolher filme, livros, vídeos vai formar uma sequência didática interdisciplinar com todas disciplinas... por exemplo... a gente trabalhou as religiões do mundo, a gente falou do Judaísmo, candomblé..., tem criança que tem a visão diferente de candomblé né... aí a gente trabalhou as religiões do mundo na época da Páscoa levar várias religiões do mundo, trabalhamos xintoísmo, hinduísmo aquelas religiões mais antigas, a gente trabalhou desde a educação infantil até o 5º ano né, uma sequência feita pela escola toda, religiões do mundo a gente usou o mapa do mundo para nomear as religiões, aqui no Brasil de onde elas vieram, como se transformou, o que é, a gente trabalhou... nessa época de conhecer as religiões é claro de respeitar, não é porque é diferente que você vai dizer que não presta, a gente fez um trabalho assim”.

No decorrer da entrevista a professora **Becca** relatou que tinha feito diversos trabalhos pedagógicos dentro da sala de aula, voltados para a temática do racismo (de combate ao racismo), usando como recurso *O livro “Menina bonita do laço de fita”, “o livro e o vídeo Kiriku”*. Trabalhou também com o livro *“A bonequinha preta”*, mas este livro mostrou aos alunos a mensagem racista que o livro tem. Também trabalhou com o livro *“Maju não vai à festa”*, na qual retrata a história de duas princesas que são convidadas a ir a uma festa, porém nessa festa só entra quem tem cabelo liso. A partir dessas histórias a professora **Becca** desenvolveu estratégias educativas para trabalhar o racismo presente no livro.

No mês de novembro a professora **Becca** relatou que trabalha com a imagem de uma aluna negra que ganhou o concurso de beleza negra mirim representando a escola, este concurso foi promovido pela Secretária Municipal de Educação (SEMED). **Becca** fez um quebra cabeça gigante com a imagem da aluna negra e também de outros alunos, valorizando todos alunos através disso.

Abaixo mostramos algumas imagens do trabalho pedagógico realizado pela professora **Becca**:



Imagem 02: Quebra cabeça com a imagem Da aluna negra vencedora do concurso de Beleza mirim.
Fonte: Pesquisa de campo, Magalhães 2018



Imagem 03: Quebra cabeça
Fonte: Pesquisa de campo, Magalhães, 2018

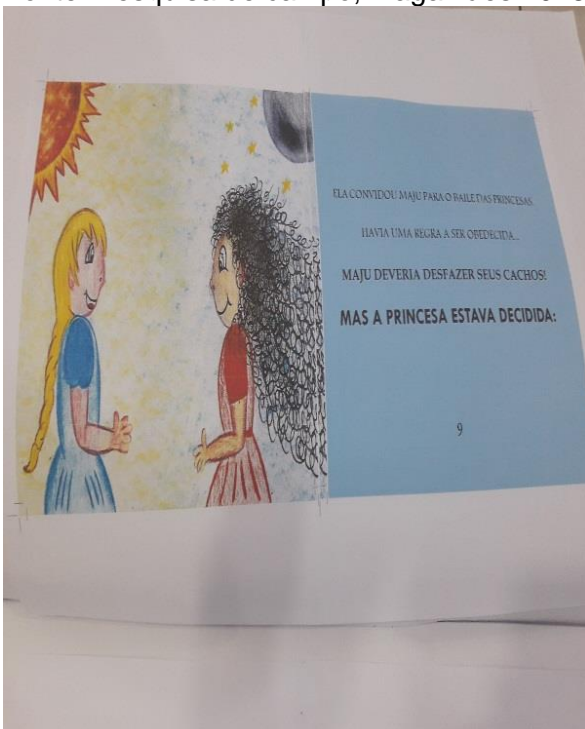


Imagem 04: Livro "Maju não vai à festa"
Fonte: Pesquisa de campo, Magalhães, 2018



Imagem 05: Painel do Alfabeto
Fonte: pesquisa de campo, Magalhães, 2018



Imagem 06: Boneca negra

Fonte: Pesquisa de Campo, Magalhães 2018



Imagem 07: Bonecos negros

Fonte: Pesquisa de campo Magalhães 2018

Percebe-se nas imagens acima que a professora **Becca** realmente utiliza estratégias pedagógicas e educativas para combater o racismo, uma vez que em todas as imagens registradas no momento da pesquisa de campo, na sala de observei uma sala totalmente pedagógica, na qual havia várias imagens de negros. Dessa forma, analisa-se que essa professora trabalha a questão racial em suas aulas, com representações de imagens valorizando a população negra.

Chegando ao final da entrevista perguntei se as professoras tinham o conhecimento da Lei 10.639/2003.

Nas respostas das educadoras constatamos que três professoras conhecem a referente Lei e uma professora afirmou que não ter conhecimento. Vale ressaltar que, as professoras **Amira, Becca e Zalira** souberam explicar o que diz essa lei.

Entretanto confirmou-se durante a entrevista que somente a professora **Amira e Becca** mostraram que estão utilizando a Lei 10.639, complementada pela Lei 11.645, no cotidiano escolar realizando um trabalho sério sobre a diversidade étnico-racial. Assim é notória que muitos professores não utilizam a lei 10.639, sendo que é

obrigatória e a principal forma de combate ao racismo. Em vista disso o racismo permanece nos espaços escolares, visto que é essencial que os professores utilizem metodologias baseadas na referente lei para que elimine de vez o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou saber se os professores dos anos iniciais conseguem identificar e combater o racismo no ambiente escolar. Mediante este problema busquei entender a prática do racismo no ambiente escolar, para isso, levantei diversos estudos e trabalhos feitos sobre a temática racial nos acervos bibliográficos referente ao racismo no ambiente escolar.

Esses estudos feitos no decorrer da construção deste trabalho me oportunizaram obter conhecimentos de fatos importantes sobre a construção da sociedade brasileira, que antes não tinha conhecimento, pois não sabia qual tinha sido o motivo da escravização dos negros africanos e nem sabia como eles viviam na África. É importante dizer também que não conhecia a diversidade do Continente Africano, os impérios, os reinos, a riqueza, a cultura e etc. Dessa forma este trabalho despertou o desejo de fazer um estudo mais profundo, sobre a África e a educação étnico racial, me propondo a futuramente fazer o mestrado e doutorado sobre essas temáticas.

Em relação ao resultado da pesquisa foram satisfatórios, uma vez que conseguiu-se atingir os objetivos da pesquisa. Entre os resultados foi possível saber que quatro professoras conseguem perceber o racismo no ambiente escolar, embora tenha-se constatado que uma professora, tenha dificuldade de perceber a prática do racismo. Verificou-se também que quatro professoras já presenciaram atos racista no ambiente escolar, além disso foi possível identificar que quatro professoras sabem o que é racismo, apenas uma professora não soube explicar o racismo corretamente, de um total de cinco professoras.

A pesquisa revelou que a maioria das professoras tem dificuldade de combater o racismo, pois utilizam ações educativas tímidas sem valorizar a História e Cultura Afro-Brasileira. Somente duas professoras usam a Lei 10.639 para nortear as estratégias educativas em sala de aula para combater o racismo. Fato relevante, porque é esta lei que norteia toda a discussão da educação étnico em sala de aula.

Espero que esse trabalho possibilite a academia e aos estudantes de licenciatura, informações essenciais para melhorar as formações acadêmicas de futuros professores que vão atuar nas escolas brasileiras, de forma a combater o racismo, para que estejam preparados com melhores estratégias pedagógicas.

Desse modo chega-se à conclusão que esse estudo foi relevante para educação, visto que consegui identificar pelo lócus investigado que o racismo ainda é uma prática recorrente nos espaços escolares e que os professores ainda sentem muitas dificuldades em seu combate. Por isso é necessário se pensar em formações continuadas voltadas para a temática do racismo no espaço escolar, para dar um suporte para os professores que estão atuando na educação, para que dessa forma consigam combater ou eliminar o racismo.

REFERÊNCIAS

A COR DA CULTURA: **Cadernos de Textos**. Futura, 2006. Anual.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém**. Belém: Cejup, 2004 (Coleção Megam/4).

_____. **Da senzala ao quilombo: práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombolas do médio Amazonas – Pará**. Tese de doutorado. Orientadora Edna Maria Ramos de Castro. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

ALADRÉN, Gabriel. **Tráfico de escravos e escravidão na América Portuguesa**. Cadernos Penesb, Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, FEUFF n. 12, Ed. Alternativa, Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, Ana Keuria Mercedes. **“Aqui na escola não mudou em nada nosso cotidiano, tudo é como antes”**: um estudo sobre a prática pedagógica dos professores após a implantação da lei 10.639/2003 na escola do campo do Patuá na Amazônia paraense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal, LDA, 2009.

BOGDAN, Roberto C, e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Trad. Maria João Sara dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Editora: Porto, Portugal, 1994. 334 p.

BRASIL. **Decreto Nº 7.031-A, De 6 De Setembro De 1878**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html> acessado em 26 de junho de 2018.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial.** Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/Lei%2012.288%20-%20Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf> acessado em 03 de julho de 2018.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: [s.n.], 2005. Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Cidades, Pará: Castanhal. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?Codmun=150240>>. Acesso em: 12 ago. 2018, 16:00:00.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Ensino- matrículas, docentes, escolar.2015. Disponível, em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150240&search=para/castanhal/ensino-matricula-docentes-e-rede-escolar-2015>>. Acesso em: 12 ago. 2018, 16:15:00.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais.** *Revista de Humanidades*, Caiacó, v. 27, n. 11, p.14-24, 2010. Semestral. Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acessado em 21 junho 2018.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** *Educar Brasil Escola*, S/D. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm> acessado em 25 de julho de 2018.

CASTANHAL, **Prefeitura Municipal** de. Nossa cidade, 2016. Disponível em: <http://www.castanhal.pa.gov.br/nova2016/index.html>. Acesso em 18 ago.2018, 21:00:00.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CAVALLEIRO, E. "**Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor**". In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e antirracismo na educação. São Paulo: Summus, 2001.

COZBY, Paul C. **Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento**, 1. Ed. 2003, São Paulo: Atlas, 2006.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DINIZ, E. et al. **Abordagens epistemológicas em pesquisas qualitativas**, ANPAD, Salvador, 2006.

FREITAS, Patricia. **A lei 10.639, o ensino da História e a cultura Afro-Brasileira**. Revista Osis, Catalão, v. 10, n. 1, p. 15-28, jan-jun 2010.

GASPARETTO JUNIOR, Antônio. **OS AFRICANOS NO BRASIL**. S/D. Portal da Cultura Afro-brasileira. Disponível em: <https://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/3_II.php>. Acesso em: 22 junho 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo, Editora 34, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. O Jogo das Diferenças: multiculturalismo e seus contextos. **Movimento negro e educação**. 2. ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA. **Atlas da violência**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.

LIMA, Mônica. **História da África**. Cadernos Penesb, Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, FEUFF n. 12, Ed. Alternativa, Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas: ações afirmativas no governo Lula**. Scielo, Publicação, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005>. Acesso em: 23 julho 2018.

LOPES, Nei. **O racismo explicado a meus filhos**. Rj. Agir, 2007.

Luigi, André. **História Africana**. Disponível em: <https://historiaafricana.wordpress.com/2017/06/22/sonniali/>. Acesso em: 30 de julho 2018.

MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías**: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanistas, 1971.

MARCONI, Marina. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 2003.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. Ed. São Paulo: Global, 2016.

OLIVEIRA, Tory. **Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil>

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. **Desmitificando a Pesquisa Científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

RAMOS, Oliveira Aline. **O preconceito Racial percebido/ Não percebido, pelas professoras na educação Fundamental**, Anped, Goiânia, 2013.

SANT' ANA, Antônio Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

SANTOS, José Rodrigo. *“Cotas sim! Esmola não”*: o processo seletivo especial Quilombola da Universidade Federal do Pará na concepção de alunos aprovados entre os anos de 2012 a 2014 para o Campus Universitário de Castanhal. 2015. 100 f. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Pará, castanhal, 2015.

SANTOS, Sales Augusto. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**, 6. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

SANTOS, A questão do negro na sala de aula. Coleção na Sala de Aula, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**, 23. Ed. Ver. e atualizada- São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria José Lopes da. As artes e a diversidades étnico-cultural na escola básica. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

SILVA, Jr. Hédio. **Discriminação racial nas escolas**, Brasília, UNESCO,

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. 2007. Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/2745/2092>

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

- 1- Qual o seu nome e o tempo de trabalho na área educacional?
- 2- Qual é sua formação e a instituição pela qual se formou?
- 3- Qual é a sua cor?
- 4- Você tem alunos negros?
- 5- Você já sofreu algum tipo de discriminação? Se sim, qual foi seu sentimento?
- 6- No seu entendimento o que é racismo?
- 7- O que você faz para que seus alunos negros não sofram racismo no ambiente escolar?
- 8- Você já presenciou algum ato de racismo no ambiente escolar? Se sim, o que fez?
- 9- Você sabe como o racismo se manifesta no ambiente escolar? Explique?
- 10- Você utiliza estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo? Se sim, quais?
- 11- Você sabe quais são as consequências do racismo na vida do aluno negro? Explique?
- 12- No seu entendimento qual é o papel dos professores no combate ao racismo?
- 13- Você se sente preparada para combater o racismo no ambiente escolar? Por quê?
- 14- Você abordar a temática do racismo em sala de aula, de que maneira?
- 15- Você consegue identificar se está havendo estereótipo e preconceito aos alunos negros? Se sim, / como faz isso?
- 16- Você tem conhecimento da lei nº 10.639/2003, se sim, o que diz essa lei?
- 17- Você tem o cuidado de identificar e corrigir possíveis estereótipos aos negros nos textos e imagens presentes nos livros didáticos?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pelo presente termo, venho convidá-lo (a) a participar da pesquisa: **PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CASTANHAL SOBRE A PRÁTICA DO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR**, que tem como objetivo investigar se os professores dos anos iniciais de uma Escola Municipal de Castanhal conseguem identificar e combater o racismo no ambiente escolar.

As informações referentes aos lócus da pesquisa e aos sujeitos alvos deste estudo serão trabalhadas de forma anônima e confidencial, haja vista que em nenhuma fase da pesquisa será divulgado o seu nome. Os dados coletados serão utilizados **EXCLUSIVAMENTE** nesta pesquisa e para fins acadêmicos.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar da entrevista semiestruturada, que será agendada com antecedência, conforme a sua disponibilidade. Esta entrevista será gravada em áudio para posteriormente ser transcrita. Você não terá nenhum custo ou quaisquer benefícios financeiros. Não havendo riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. Visto que a proposta envolverá apenas o diálogo. O benefício relacionado à sua participação será o de aumentar o conhecimento científico sobre o tema da educação étnico-racial.

Será entregue a você uma cópia deste termo, onde constam os contatos da pesquisadora responsável, para que, caso seja de seu interesse, você possa tirar qualquer dúvida sobre o trabalho e sua participação, a qualquer momento.

Desde já agradecemos sua participação!

Sirlene Nunes Magalhães- Graduada de pedagogia/ UFPA Cel: (91) 98900-7831; e-mail: sirlenesud2013@gmail.com

Endereço: Rua São João, n° 180, bairro Ianetama, Castanhal-PA.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e aceito participar no estudo proposto.

Castanhal-PA, _____ de _____ de 2018

Assinatura do sujeito da pesquisa: _____

Telefone: _____